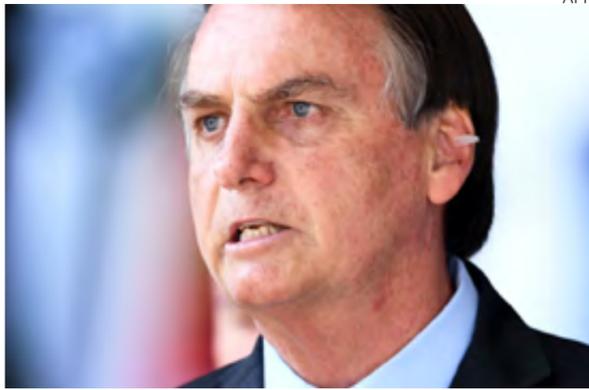


Disse ainda que TV Escola “deseduca”

Energúmeno ataca a coices patrono da educação brasileira



AFP

Governo tacanho é inimigo do ensino, da ciência e da cultura

Bolsonaro agrediu o educador Paulo Freire, patrono da Educação brasileira, chamando-o de “energúmeno”, na manhã da segunda-feira (16), ao sair da residência oficial do Palácio Alvorada. “Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire. Esse energúmeno aí, ídolo da esquerda”, disse ele, acrescentando na mesma patada que a TV Escola do Ministério da Educação “deseduca”. Na sexta-feira (13), seu governo havia cortado as verbas e fechado a TV Escola, que existia desde 1995. **Páginas 3 e 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Fábio Rodrigues Pozzebon - ABR



“Crivella mente e crise na Saúde se agrava no Rio”, diz Brizola Neto

O ex-deputado e ex-ministro do Trabalho Brizola Neto (PCdoB) alertou no sábado (14) para a gravidade da crise da Saúde Pública no município. “A crise financeira atinge diversas capitais brasileiras, mas o colapso do sistema de Saúde no Rio de Janeiro é ainda mais grave”, afirmou Brizola Neto. **Página 3**

Jornalista argentino é morto na Bolívia após denunciar as hordas fascistas

Após denunciar a ação das hordas fascistas contra partidários do Movimento Ao Socialismo (MAS), o jornalista argentino Sebastián Moro, de 40 anos, deu entrada numa clínica da capital, La Paz, em 10 de novembro, coberto de contusões e escoriações, vindo a falecer seis dias depois. **P 7**

Ato na PUC une entidades, partidos e juristas em defesa da democracia

Fundação Mauricio Grabois



Entidades, partidos, movimentos sociais e diversas lideranças se reuniram em defesa da democracia e da Constituição no Teatro Arena (Tucarena) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, na noite de quinta-feira (12). No evento, também foi lançado o livro “Por que a democracia está sendo atacada?”, de Aldo Arantes, que foi deputado constituinte, presidente da UNE (1961) e um dos idealizadores do ato, e dos constitucionalistas Lenio Streck, Marcello Cattoni, Martônio Mont’Alverne e Pietro Alarcon. “O Ato em Defesa da Democracia e da Constituição é uma resposta da sociedade civil à grave situação vivida pelo país”, e ocorre “um dia antes de completar 51 anos da edição do draconiano AI-5”, afirma o manifesto que foi lido no evento. **Página 3**

Paulo Guedes obriga BNDES a torrar ações da Petrobrás

A direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciou o processo de venda até a totalidade de suas ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobrás, conforme determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes. **Pág. 2**

Oposição condena privatização: “Água não é mercadoria”

“A água tem que ser encarada como um direito fundamental para preservar o principal direito das pessoas que é o direito à vida”, afirmou o deputado federal Alessandro Molon, líder da oposição, condenando a aprovação na Câmara dos Deputados do projeto que permite a privatização do serviço de água e esgoto. **Página 2**



Roma: multidão sai às ruas pela democracia e em repúdio ao fascista Salvini

O movimento dos “Sardinhinhas” – que convoca gente comum, especialmente os jovens, a fazer a sua parte para deter a ascensão da extrema-direita, da intolerância e do racismo na Itália – chegou a Roma neste sábado (14), com 100 mil pessoas repudiando o ex-vice-primeiro-ministro, Matteo Salvini. **Página 7**

Bolsonarista faz projeto para acabar com o 13º salário

Pág. 5

BC: 'prévia' do PIB recua em outubro

Em meio à euforia de uma "recuperação da economia", o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto, recuou para 0,17% em outubro em relação a setembro, quando o índice registrou 0,48%.

Os dados, com ajuste sazonal (para compensar períodos diferentes) foram divulgados nesta sexta-feira (13) pelo Banco Central (BC) e não sustentam a citada euforia de setores da mídia.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país em um determinado período. Segundo o BC, no acumulado do ano, o IBC-Br registrou 0,95% e em 12 meses 0,95%, uma "prévia" que sinaliza um resultado do PIB em 2019 abaixo dos anos de 2017 e 2018, quando a economia registrou 1,3% e 1,3%, respectivamente, ambos os índices foram revisados.

No início do ano, o governo Bolsonaro estimava um PIB em torno de 2,5%. Na primeira semana de janeiro, a previsão do boletim Focus do BC era de 2,53%. Durante o ano, a estimativa de crescimento da economia desabou para 0,8%.

Em novembro deste ano o governo e o Banco Central anunciaram que o crescimento da economia ficará em torno de 0,9% este ano.

O resultado do PIB oficial é divulgado pelo IBGE. O IBC-Br incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além de impostos.

ESTAGNAÇÃO

No mês de outubro, o comércio varejista ficou estagnado. Segundo o IBGE, as vendas variaram apenas 0,1% em relação a setembro, já descontados os efeitos sazonais. No comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de veículos, autopeças e material de construção, a alta de +0,8% foi menor que o mês anterior.

A produção industrial brasileira acumula queda de -1,1% de janeiro a outubro, na comparação com o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano até outubro, 57% dos ramos da indústria estão no vermelho e entre os que cresceram só metade deles conseguiu reforçar seus resultados, segundo o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial). Em outubro, 12 dos 26 ramos pesquisados pelo IBGE, 46% do total, não conseguiram expandir sua produção.

SETOR AGRÍCOLA

Além da indústria estar sofrendo as consequências da política desastrosa de Bolsonaro e Paulo Guedes, surge no horizonte uma péssima notícia para o setor agrícola brasileiro, setor que, bem ou mal, até agora, é quem está sustentando esses baixos índices de crescimento. A notícia é o fechamento, nesta sexta-feira (13), do acordo comercial entre a China e os EUA.

No acordo, os americanos se comprometeram a comprar mais produtos agrícolas dos EUA. Isto significará uma redução inenarrável das vendas agrícolas brasileiras.



Foto: Divulgação/Portal Governo Brasil

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do

Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mária, sala 708 - CEP: 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Guedes obriga BNDES a torrar ações que detém na Petrobrás



Paulo Guedes, Bolsonaro e o presidente do BNDES, Gustavo Montezano



Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria, e Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição, debate, com lideranças do PDT, PT e demais partidos da oposição as estratégias de luta contra o projeto de privatização do saneamento e da água, em tramitação na Câmara

Oposição condena projeto de privatização da água

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de quarta-feira (11/12), por 276 votos a 124, o texto principal do projeto que permite a privatização do serviço de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto nos municípios brasileiros.

Para a líder da Minoria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), "o projeto mexe com muitos interesses econômicos e me pergunto como ficam os municípios de população mais pobre". "Vamos continuar com a falta de cobertura da população e com aumento do preço", disse.

Segundo Jandira, o conteúdo do texto do projeto já foi derrotado na Casa, seja através de MP ou Projeto de Lei e agora volta modificado, "mas continua inconstitucional".

"Água não é mercadoria, água não é para dar lucro para empresa privada, para empresas estrangeiras, para capital financeiro. Sabemos que bancos estão interessadíssimos nesse projeto com o BNDES, para ver a hora em que vão botar a mão nas empresas de saneamento", disse Jandira em seu discurso.

O deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição,

ao orientar a retirada da pauta do projeto do novo marco regulatório do saneamento básico, também destacou que "a água não é mercadoria". "Ela deve ser encarada como um direito, um direito fundamental para preservar o principal direito das pessoas que é o direito à vida", afirmou.

Segundo Molon, as cidades dos EUA e da Europa que privatizaram seu sistema de saneamento voltaram atrás. "Nos Estados Unidos, Los Angeles e Atlanta reestatizaram o saneamento. Na Europa, Paris, Berlim, Budapeste. Na América do Sul, várias cidades da Argentina, do Uruguai e de outros países. Portanto, é errado privatizar", declarou.

A entrega do saneamento para os estrangeiros foi enfaticamente defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em recente evento ocorrido no BNDES. O S do banco de fomento, segundo ele, será o S de saneamento durante um longo tempo. "São trilhões de dólares estacionados lá fora querendo entrar por interesse econômico", disse.

Interesse econômico também registrado pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) em seu pronunciamento no Ple-

nário. Citando o estudo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a deputada mostra que, além dos investimentos no setor serem 90% públicos, com as privatizações o reajuste nas tarifas de água será de mais de 160%. E citou o caso da conta de luz no Acre. Depois do processo de privatização, quem pagava 50 reais, hoje paga 150 reais.

"Por trás desta proposta que será votada nesta Casa estão grandes interesses econômicos. Essas empresas não têm interesse algum em levar saneamento e água onde não existem esses serviços, mas têm interesse em comprar as empresas de água e de saneamento, que são lucrativas, do Brasil inteiro", alertou o deputado João Daniel (PT-SE).

O deputado federal Bira do Pindaré (PSB-MA) também condenou no Plenário a privatização do saneamento: "Primeiro, água não é mercadoria. Segundo, os municípios não precisam disso, eles têm a liberdade de fazer a contratação que quiserem. Terceiro, como vão ficar os pequenos municípios e os bairros da periferia? Esses, o setor privado não vai querer levar o serviço de água e esgoto, vão ficar excluídos".

Venda do comércio varejista varia 0,1% em outubro

O desempenho do comércio varejista registrou variação de 0,1% em volume de vendas no mês de outubro em relação a setembro. A informação é da pesquisa mensal do comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada na manhã de hoje (11/12).

O grande impacto veio das vendas em hiper e supermercados, que no mês que antecede as promoções da Black Friday caiu -0,1%. Por se tratar do comércio

de produtos considerados de primeira necessidade – como alimentos e higiene – quando o setor vai mal, a preocupação é grande.

O desemprego e a informalidade nas alturas são dois fatores que explicam o por que de a população ter recuado no consumo de itens básicos.

Outra questão levantada pelo IBGE é a perda de força em um mês em que o consumo usualmente está mais alto por conta do Dia das Crianças e a

proximidade das festas de final de ano.

"Trata-se do resultado mais baixo desde maio e o índice de média móvel trimestral, após acréscimo de 0,6% no trimestre encerrado em setembro, mostrou perda de ritmo no trimestre encerrado em outubro (0,4%)", informou o IBGE.

Para as vendas do varejo ampliado (que inclui o comércio de veículos e material de construção) houve variação de 0,8% em outubro.

Ministro de Bolsonaro quer garfar mais 52 bi do banco de fomento e diz que meta agora é privatizar

A direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciou o processo de venda até a totalidade de suas ações ordinárias (ON – com direito a voto) que detém na Petrobrás, conforme determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes. A oferta pública das ações será feita no Brasil e no exterior.

A decisão foi confirmada através de comunicado da Petrobrás, na sexta-feira (13/11), onde a direção do BNDES, além de informar que iniciou o processo de venda, pede ajuda à estatal para a privatização das ações.

"Em 30 de novembro de 2019, o BNDES detinha 734.202.699 ações ordinárias da Petrobras, representando cerca de 10% do total de ações ordinárias emitidas pela companhia", diz o comunicado.

De acordo com o pregão realizado na quinta-feira (12/11), caso o banco venda a totalidade das ações ordinárias poderá arrecadar até R\$ 24 bilhões, o equivalente de 6% do capital total da Petrobrás.

Segundo o Estadão, o conselho do BNDES, tam-

Em 2019, R\$ 123 bi saíram do BNDES para pagar juros

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou, na quarta-feira (11/12), que realizou o pagamento antecipado de mais R\$ 30 bilhões referentes à liquidação de contratos firmados entre o Banco e a União.

A medida atendeu à exigência do ministro da Economia, Paulo Guedes, através de dois despachos publicados na semana anterior (6/11) no Diário Oficial da União.

Com mais essa antecipação de recursos do banco de fomento que poderiam ser investidos, por exemplo em empresas públicas de saneamento básico, e não transferidos para o pagamento de juros a bancos, o BNDES já terá de-

volvido à União, só neste ano, R\$ 123 bilhões, "atendendo à meta acordada com o governo prevista para 2019".

Nos termos do Acordo TCU nº 2975/2016, os pagamentos antecipados realizados pelo BNDES devem ser utilizados pela União exclusivamente para abatimento de dívida pública federal.

"A liquidação de R\$ 30 bilhões seguiu decisão aprovada pela diretoria do banco de fomento em 31 de outubro e pelo Conselho de Administração em 4 de novembro, adotando os mesmos procedimentos em todas as operações de pré-pagamento, desde dezembro de 2015, que já totalizam cerca de R\$ 409 bilhões", disse o BNDES.

"A liquidação de R\$ 30 bilhões seguiu decisão aprovada pela diretoria do banco de fomento em 31 de outubro e pelo Conselho de Administração em 4 de novembro, adotando os mesmos procedimentos em todas as operações de pré-pagamento, desde dezembro de 2015, que já totalizam cerca de R\$ 409 bilhões", disse o BNDES.

Transformar o BNDES numa "boutique da Faria Lima" e, no caso das ações da Petrobrás, entregar para os estrangeiros.

Setor de transporte não vê recuperação econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) do setor de transporte caiu 0,1% no acumulado de janeiro a setembro deste ano, em comparação com o mesmo período de 2018, segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

No seu relatório "Transportes em Números", divulgado na quinta-feira (12), a CNT revelou sua frustração perante o baixo desempenho da economia brasileira nos últimos anos.

A entidade destaca que mesmo após o Brasil ter saído tecnicamente da recessão, a demanda por bens e serviços permanece fraca.

"As Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, no 3º trimestre de 2019 (ou seja, quase 3 anos após o fim do período de retração da economia brasileira) o nível de atividade do país ainda estava 3,6% menor que o registrado no período pré-recessão, datado no 1º trimestre de 2014", afirma a entidade no documento.

Presente em todas as etapas de produção e de consumo da economia, o desempenho do setor de transporte serve com um termômetro para ver se a economia brasileira está indo bem ou mal.

"O transporte é um termômetro crucial da economia. Afinal, transportamos aquilo que é produzido no país. E, apesar de a economia apresentar indícios de leve recuperação, o setor ainda sente os efeitos da recessão econômica, tendo em vista que a procura por serviços de transporte permanece baixa no país", comentou o presidente da CNT, Vander Costa.

No relatório, a CNT explica

que geralmente, quando o PIB brasileiro cresce, o PIB do transporte aumenta um pouco mais; e quando o PIB total* se reduz, o PIB do transporte diminui um pouco mais. A confederação esclarece que isto decorre, essencialmente, por dois segmentos específicos: o transporte terrestre, que inclui os modelos rodoviário e ferroviário; e as atividades de armazenagem e serviços auxiliares, que incluem atividades de apoio a todos os tipos de transportes.

*PIB total é soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos no país.

De acordo com a CNT, a queda de 0,1% no PIB do setor foi puxada pelos ramos de transporte rodoviários, ferroviário e aéreo.

De janeiro a setembro deste ano o segmento de transporte Terrestre retraiu -2,7%, Armazenagem -3,5%, Aéreo: -7,9%, todos em comparação com o ano anterior. Apenas o aquaviário registrou um crescimento de 2,3%, na mesma base de comparação.

Neste quadro, os serviços auxiliares ao transporte foram negativamente impactados, -4,4% no volume de serviços prestados de janeiro a setembro.

No acumulado de janeiro a outubro de 2019, o fluxo de veículos leves cresceu 3,8% e o de veículos pesados cresceu 4,5% – resultando em um crescimento do fluxo total de 4,0%, segundo dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). Acesse a matéria completa no site do HP - https://horadopovo.com.br/setor-de-transporte-nao-ve-recuperacao-economica/



Divulgação/Fundação Maurício Grabois

Ato foi um repúdio ao autoritarismo

Ato na PUC une entidades, partidos e lideranças em defesa da democracia

Entidades, partidos, movimentos sociais e diversas lideranças se reuniram em defesa da democracia e da Constituição no Teatro Arena (Tucarena) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, na noite de quinta-feira (12).

No evento, também foi lançado o livro "Por que a democracia está sendo atacada?", de Aldo Arantes, que foi deputado constituinte, presidente da UNE (1961) e um dos idealizadores do ato, e dos constitucionalistas Lenio Streck, Marcello Cattani, Martônio Mont'Alverne e Pietro Alarcon.

"O Ato em Defesa da Democracia e da Constituição é uma resposta da sociedade civil à grave situação vivida pelo país. Ocorre dois dias após as comemorações do Dia Internacional de Direitos Humanos e um dia antes de completar 51 anos da edição do draconiano AI-5", afirma o manifesto lido no evento.

"O fato é que o governo vai adotando medidas que caminham no sentido da implantação de um estado policial militar de caráter neofascista. A democracia e seu fundamento, a Constituição, estão sendo afrontados. Os direitos e garantias individuais e coletivas estão sendo pisoteados".

"Este Ato visa contribuir para a construção de uma grande união dos democratas, acima de divergências partidárias, para defender o Estado Democrático de Direito e seu fundamento, a Constituição de 1988".

Para a reitora da PUC-SP, Maria Amália, que sediou o evento, "a democracia depende de atos como esse, de ajuntamentos como esse e de unidades como a que se pretende construir aqui, para que seja defendida, atualizada e melhorada".

"As ofensivas contra a democracia e a Constituição colocam os democratas em alerta. As declarações e as medidas governamentais se sucedem. O Presidente Bolsonaro, defensor da ditadura e do torturador Brilhante Ustra, afirmou que as manifestações no Chile ocorreram porque a ditadura acabou. Seu filho Eduardo Bolsonaro, que antes ameaçava fechar o STF [Supremo Tribunal Federal] com um cabo e um soldado, ameaçou com o retorno do AI-5. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, seguiu na mesma trilha", explica o manifesto.

Para Aldo Arantes, "a democracia corre risco, as ameaças de golpe surgem a todo momento". "O presidente e seus seguidores negam a ciência, manipulam o sentimento religioso do povo para impor suas ideias, pregam a violência e ódio. Defendem a ditadura, a tortura, o retorno do AI-5, a Lei de Segurança Nacional, o excludente de licitude para militares em ações contra manifestações populares, aplicação da GLO no campo", prosseguiu Aldo.

Como presidente da UNE, Aldo Arantes levou o CPC aos Estados através da "UNE Volante". Combateu pela Legalidade, em 1961, movimento cívico-militar que impediu o golpe e garantiu a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Com o golpe de 1964, ficou 12 anos na clandestinidade contra a ditadura. Foi preso em 1976, durante o episódio que ficou conhecido como "Chacina da Lapa" (onde foram assassinados Pedro Pomar, Angelo Arroyo e João Batista Franco Drummond) e foi barbaramente torturado. Epiléptico, a ditadura proibiu que recebesse os seus remédios. Foi deputado constituinte (1988), e depois reeleito três vezes para a Câmara dos Deputados.

O texto continua no site www.horadopovo.com.br

Bolsonaro arruína a Educação e ofende memória de Paulo Freire

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ele chamou de "energúmeno" o patrono da Educação brasileira

Plano macabro de Weintraub "é destruir as universidades públicas", denunciou Molon

"O senhor não é bedel, o senhor não é censor, o senhor não é disciplinador, o senhor é Ministro da Educação"

"O senhor tem todo o direito de ter uma opinião política, o senhor é um agente político", disse o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição na Câmara, em sessão na Comissão de Educação, na quarta-feira (11), com a presença do ministro.

Ele foi convocado para explicar seus ataques às universidades públicas brasileiras.

"O senhor não fez um elogio sequer aos professores brasileiros. Só atacou as universidades com acusações falsas", acrescentou Molon

"O senhor se equivoca, quando diz, como disse aqui, que os valores que

o grupo que o senhor representa é o que será ensinado nas universidades e nas escolas".

"O senhor está errado.

Não é isso o que vai ser ensinado. Não cabe ao senhor dizer o que vai ser ensinado nas universidades e nas escolas. O senhor não é bedel, o senhor não é censor, o senhor não é disciplinador, o senhor é Ministro da Educação. E a primeira tarefa que o senhor deveria assumir é a de garantir a liberdade de cátedra de seus professores", destacou o deputado.

"A primeira tarefa que o senhor deveria assumir é a de garantir a liberdade de cátedra de seus professores", cobrou o deputado

Molon citou relatório da BBC sobre censura em que o Brasil aparece na capa como um país em que há cerceamento da liberdade de expressão em

academias. "Isso é motivo de vergonha para todos nós e deveria ser motivo de vergonha para o senhor", disse o líder da oposição.

"O papel do senhor não é o papel de polícia. O senhor não é policial militar, aliás, eu vi aqui o senhor honrar os policiais militares e, não há a menor dúvida, que muitos são muito valerosos e merecem todas as homenagens. Mas eu não vi o senhor falar uma palavra em defesa ou em elogio aos professores nessas seis horas e meia que nós estamos aqui", observou.

"O senhor não fez um elogio aos professores brasileiros. O senhor em momento algum falou dos heróicos professores das heróicas professoras do nosso país. A única coisa que o senhor fez foi atacar as universidades públicas com notícias falsas", disse Molon.

"Ernesto Araújo não defende os interesses práticos do Brasil", afirmou Rodrigo Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na quinta-feira (12), em Genebra, na Suíça, após encontro com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, que o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, "não defende os interesses práticos" do Brasil.

Maia está em viagem ao exterior para, entre outras coisas, tentar minimizar os estragos causados ao Brasil pela política externa submissa, obscurantista e confusa do governo Bolsonaro, particularmente de seu Ministério das Relações Exteriores. Uma política que, segundo Maia, enfraquece a posição brasileira no cenário mundial.

Recentemente o governo dos Estados Unidos desferiu ataques aos

interesses comerciais brasileiros e o Itamaraty não tomou nenhuma providência para defender o país. O primeiro ataque foi o anúncio da sobretaxa do aço brasileiro, feito sob o pretexto de que o Brasil estaria praticando uma política de valorização do dólar em prejuízo dos produtos americanos.

Jair Bolsonaro afirmou na ocasião que o Brasil era o "lado pobre" da relação com os EUA, dando a entender que não haveria nenhuma reação à sobretaxa.

O segundo golpe foi a extinção, por iniciativa dos Estados Unidos, do Órgão de Apelação (OA) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Órgão de Apelação da OMC teve suas funções paralisadas a partir da quarta-feira (11) por causa de um veto mantido pelo governo americano

nos últimos dois anos.

A manobra de Trump privou o Brasil de um dos principais mecanismos para garantir um comércio internacional justo e que, ao longo dos últimos 20 anos, permitiu vitórias diplomáticas e êxitos para a agricultura nacional, para o setor siderúrgico e para a Embraer. Também nesse caso a reação de Ernesto Araújo e do próprio Bolsonaro foi pífia.

"O presidente (Jair Bolsonaro) foi eleito e a política externa é do governo. Agora, a minha posição em relação ao ministro das Relações Exteriores é uma posição muito crítica. Acho que ele é muito ideológico e não defende os interesses práticos, pragmáticos dos brasileiros na relação com outros países", disse Maia.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

"Crivella mente e a crise na Saúde se agrava no Rio", denuncia Brizola Neto

O ex-deputado e ex-ministro do Trabalho Brizola Neto (PCdoB), pré-candidato a prefeito do Rio de Janeiro, alertou no sábado

(14), em entrevista ao HP, para a gravidade da crise da Saúde Pública no município. "A crise financeira atinge diversas capitais brasileiras, mas o colapso do sistema de Saúde no Rio de Janeiro é ainda mais grave", observou Brizola Neto, ao comentar o fechamento de emergências e o atraso de salários dos funcionários, ocorridos na cidade nos últimos dias.

Funcionários estão há mais de dois meses sem salários. A rede municipal sofre com falta de pessoal e de insumos. Até serviços essenciais como emergências estão parando e os pacientes estão sofrendo na peregrinação por atendimento. O prefeito Marcelo Crivella afirmou, em vídeo divulgado em redes sociais, que "não há problema na Prefeitura". "A crise é fabricada", disse ele. "A Prefeitura está funcionando normalmente. O problema está nas OS

(Organizações Sociais)", acrescentou.

Brizola Neto contesta as afirmações do prefeito. "Ele está dizendo duas mentiras", esclarece o ex-ministro. "Há uma crise gravíssima nas contas da Prefeitura. Esta crise é mais grave do que nas outras capitais. A crise é geral, mas é agravada pela incompetência de Crivella, que já fez dois empréstimos, aumentou o IPTU e não consegue pagar os salários de servidores de áreas básicas como a Saúde Pública", aponta Brizola.

A recessão econômica, fruto da política neoliberal de juros altos e desestímulo à produção e do consumo, aprofundadas por Bolsonaro e Paulo Guedes, estão agravando a situação financeira dos municípios brasileiros. O Rio de Janeiro tem, atualmente, uma dívida de R\$ 3,2 bilhões, segundo o Tribunal de Contas do Município (TCM). Só no primeiro ano da gestão Crivella, o município contraiu R\$ 2,5 bilhões. "Quando ele afirma que a crise não está na Prefei-

tura, mas nas OS, ele está mentindo e fugindo de sua responsabilidade", diz o pré-candidato. "Por que ele não retoma as unidades públicas de Saúde que foram entregues para essas OS?", indagou.

"Ao invés de retomar as unidades para que a Prefeitura se responsabilize pelos serviços que devem ser prestados à população, ele apenas trocou de OS. Concentrou 60% das verbas da atenção básica saúde em apenas uma OS, a Pró-Saúde, e agora estamos vendo esse colapso todo".

"Crivella não só não retomou os serviços colapsados, como fez esses repasses concentrados para a Pró-Saúde, inclusive, em formato emergencial, ou seja, sem licitação", acrescentou o ex-deputado.

"Os servidores não podem ficar sem salários e muito menos a população ficar sem atendimento. O Rio está exigindo da Prefeitura o pleno e imediato funcionamento das unidades de saúde, principalmente as unidades de emergência", cobrou.

"Bolsonaro é um homem sem nenhum caráter. É um homem nefasto", reagiu a viúva do educador, Ana Maria Freire

Jair Bolsonaro agrediu o educador Paulo Freire, patrono da Educação brasileira, chamando-o de "energúmeno", na manhã da segunda-feira (16), ao sair da residência oficial do Palácio Alvorada.

"Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire. Esse energúmeno aí, ídolo da esquerda", disse ele, acrescentando que a TV Escola do Ministério da Educação "deseduca".

Bolsonaro insiste no desmonte da atual estrutura da Educação brasileira, com cortes sistemáticos de verbas, porque, segundo ele, "a educação tem desempenho ruim". A solução que ele apresenta é estrangular financeiramente as estruturas do Ministério. "Queriam que assinasse agora um contrato, o Abraham Weintraub [ministro da Educação], de R\$ 350 milhões. Quem assiste a TV Escola? Ninguém assiste. Dinheiro jogado fora", afirmou.

Paulo Freire, a quem Bolsonaro chamou de "energúmeno", é simplesmente um dos autores brasileiros mais citados em todo o mundo. O educador, que foi auxiliar do governo progressista de João Goulart antes do golpe, desenvolveu uma estratégia de ensino baseada nas experiências de vida das pessoas, em especial na alfabetização de adultos.

Seu método é elogiado em universidades de todo o mundo. A "Pedagogia do Oprimido" foi traduzida em mais de 20 idiomas. Em 2016, estudo do professor Elliott Green, London School of Economics, a apresenta como a terceira obra mais citada em trabalhos da área de humanas do mundo!

A ofensa ao educador foi feita para sustentar a decisão de fechamento da TV Escola, anunciada na última sexta-feira (13), por outra sumidade bolsonarista, o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ele informou que não faria a renovação do contrato com a TV Escola, que vigorava desde 1995. A decisão, que segue a linha de desmonte da Educação, recebeu o apoio de Bolsonaro, que apresentou como pretexto para o corte a "baixa audiência" do canal.

Há de fato um energúmeno em todo este episódio. Os demais significados da palavra usada por Bolsonaro para agredir o professor são, segundo os dicionários, "desatinado", "violento" e "fanático".

Palavras que se encaixam como luva no agressor e não no laureado professor.

Todas as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro desde que assumiu o poder, dos cortes de verbas das Universidades, Institutos Federais e Centros de Pesquisa, passando pelas

perseguições obscurantistas a professores e alunos, e agora o fechamento da TV Escola, visam a destruição da Educação brasileira. Só um energúmeno completo pode ter como objetivo a ser alcançado por sua administração a destruição da Educação de seu país. Não é outra coisa que está sendo feita por este governo.

A educadora Ana Maria Freire, de 86 anos, viúva de Paulo Freire, rebateu indignada a declaração de Bolsonaro. "A palavra [energúmeno] não se adequa a Paulo. Paulo não é isso. Paulo não é nenhum demônio que veio à Terra. Pelo contrário, Paulo veio à Terra para pacificar o mundo", disse Ana Maria.

A viúva acrescentou que o tipo de crítica feita por Bolsonaro não é "postura de um presidente" e que ele é um homem "nefasto". "Paulo está lá sossegado no lugar dele, está lá no céu. Bolsonaro é um homem sem nenhum pudor, sem nenhum caráter, sem nenhuma autocensura", destacou. "Tudo o que ele tem na cabeça contra as outras pessoas, ele só tira das ofensas os três filhos, nem os outros dois ele tira. É um homem nefasto, uma coisa absolutamente terrível", prosseguiu.

Ela confirmou que Bolsonaro critica o educador por "inveja" e por não conseguir ser como o marido. "No fundo, ele [Bolsonaro] pensa que Paulo é um grande homem, como é. Ele destrata dizendo que Paulo é um ser diabólico. Paulo foi um ser da paz. No fundo, ele tem um pouco de inveja também, [queria] ser como Paulo foi, mas não pode, não consegue. Tem de estar o tempo todo de pontaria armada para atingir alguém", disse Ana Maria.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi a público repudiar as declarações do mandatário. "Nunca antes um educador incomodou tanto um presidente. Arrisco dizer que Paulo Freire se sentiria orgulhoso de não ter o apreço de Bolsonaro. Um presidente que desmonta a Educação e despreza a História, não pode mesmo saber a importância que Freire tem", afirmou.

O senador capixaba, Fabiano Contarato (Rede) aproveitou a oportunidade para lembrar o prestígio internacional do educador. "Bolsonaro passará e Paulo Freire não! Ele ataca o nosso maior professor por mesquinhas razões: trata-se do autor que nos ensina a pensar. E isso não interessa ao desmonte desumano e capitalista do seu governo subserviente. Cabe dizer que Paulo Freire não precisa pedir passagem a Bolsonaro", afirmou o senador.

SÉRGIO CRUZ

Relator recusa propostas de Jair Bolsonaro sobre as novas regras de trânsito

A comissão especial da Câmara dos Deputados que discute mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) deve votar o parecer do relator, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), na terça-feira (17).

O texto apresentado por ele na última sexta-feira (13) rejeitou as principais propostas feitas pelo governo, autor do projeto original (PL 3267/19) entregue pessoalmente por Bolsonaro ao legislativo em junho.

O relator ressaltou que as propostas foram amplamente debatidas, sendo que o "clima na comissão era difícil" e não seria possível acatar parte das mudanças previstas inicialmente pelo governo.

Entre outros pontos, o substitutivo endurece as regras para as cadeirinhas de crianças, além de manter a multa para quem desobedecer a

norma. O projeto do governo previa como punição apenas uma advertência para o transporte irregular de crianças.

Atualmente, o uso da cadeirinha é obrigatório para crianças até 7,5 anos. De 7,5 anos a 10 anos, a criança não precisa usar o equipamento, mas tem que ser transportada no banco de trás e com o cinto de segurança. Juscelino Filho também mudou as regras para o exame de aptidão física e mental feito pelos motoristas. Hoje, os exames devem ser feitos a cada 5 anos, e a cada 3 no caso de motoristas acima de 65 anos. O governo propôs elevar a validade do exame de aptidão física e mental para 10 anos. A partir de 65 anos de idade, a renovação passaria a ser a cada 5 anos.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Parlamentares e procuradores rebatem Toffoli: "o que destruiu as empresas foi a corrupção"

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, atacou a Operação Lava Jato e foi rebatido pelos procuradores da República e parlamentares.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Toffoli declarou que a Lava Jato "destruiu empresas". "Isso jamais aconteceria nos Estados Unidos. Jamais aconteceu na Alemanha", disse Toffoli. Ele também acusou o Ministério Público de ser pouco "transparente".

O procurador Roberson Pozzobon, integrante da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, criticou as declarações do presidente do STF. "A Lava Jato não 'destruiu' empresa nenhuma. Descobriu graves ilícitos praticados por empresas e as responsabilizou, nos termos da lei. A outra opção seria não investigar ou não responsabilizar. Isso a Lava Jato não fez", rebateu Pozzobon pelo Twitter.

"Interessante comentário de quem determinou a instauração de inquérito no STF de ofício, designou relator ad hoc (para esta específica função) e impediu por meses o MP de conhecer a apuração", afirmou o procurador, referindo-se ao comentário de Toffoli de que o Ministério Público deveria ser mais transparente, citando o inquérito aberto pelo presidente do Supremo para apurar ameaças, ofensas e

notícias falsas contra integrantes da Corte e seus familiares nas redes sociais.

O ministro Alexandre de Moraes foi designado como relator do caso por Toffoli, sem realização de sorteio.

O procurador da República em Minas Gerais, Wesley Miranda Alves, afirmou que Toffoli faz uma "manobra diversionista" em sua avaliação da Lava Jato.

"(Ele) direciona as críticas feitas à sua atuação e à de outros ministros do STF à própria magistratura. Não, o STF de hoje não representa a magistratura nacional. O atual e crescente combate à corrupção não se deve ao STF. Ocorre apesar do STF", escreveu.

"Quem destruiu empresas foram os corruptos que as utilizaram como instrumento para tomar o Brasil de assalto", disparou o secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (PGR) Ailton Benedito, procurador da República de Goiás.

O procurador da República no Rio Grande do Norte, Fernando Rocha, questionou: "será por que essas empresas cartelizadas sobreviveram graças à corrupção de vultosos recursos públicos contra a qual a Lava Jato se insurgiu?".

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro quer fechar TV Escola e afirma que o canal 'deseduca'

Segundo ele, dinheiro investido no canal que possui uma das maiores audiências entre os estatais "foi jogado fora". Bolsonaro voltou a ofender o educador Paulo Freire chamando-o de 'energúmeno'

Nesta segunda-feira (16), Bolsonaro defendeu em entrevista o fechamento da TV Escola que, segundo ele, "deseduca" o público porque tem uma programação "totalmente de esquerda".

"Você conhece a programação da TV Escola? Deseduca. Por que a educação do Brasil está lá embaixo? Por causa dessas programações", disse Bolsonaro.

Segundo ele, a renovação do contrato custaria R\$ 350 milhões e que seria um dinheiro jogado no lixo. "Era uma programação totalmente de esquerda. Ideologia de gênero. Dinheiro público para ideologia de gênero. Tem que mudar. Daqui a cinco, dez anos, quinze, vai ter reflexo".

Bolsonaro também voltou a ofender o educador Paulo Freire chamando-o de "energúmeno" e disse que suas ideias afetaram a avaliação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

"Olha a prova do Pisa, estamos em último lugar do mundo. Se não me engano, em matemática, ciência e português, acho que um ou dois itens, somos o último da América do Sul. Vamos esperar o que desse tipo de educação?".

As declarações foram dadas após o Ministério da Educação anunciar na sexta-feira (13) que não vai renovar o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) que administra a TV Escola.

O ministro bolsonarista Abraham Weintraub disse pelo Twitter que o contrato com a ACERP seria de R\$ 350 milhões por cinco anos caso fosse cortado pela metade, o que não é verdade.

A Fundação Roquette Pinto desmentiu as declarações de Bolsonaro e do ministro da Educação e apontou a intenção do governo de confundir os brasileiros.

"O MEC misturou números para confundir o povo brasileiro. A proposta de um novo contrato com a ACERP previa um investimento ao redor de R\$ 70 milhões por ano na TV Escola, muito próximo do valor previsto para 2019, quantia essa que compromete apenas 0,06% do orçamento do MEC previsto para este ano, segundo o Portal da Transparência. Os conselheiros do Ministério, em uma reunião no mês de novembro, votaram a favor da renovação com esse mesmo valor. Cabe destacar que neste ano de 2019 o MEC cortou quase 50% do repasse previsto para o período", salientou a instituição por meio de nota.

No ano passado, a Roquette Pinto recebeu R\$ 73 milhões do MEC por meio de um contrato de gestão. Além de gerenciar a TV Escola, a associação também é responsável TV Ines, canal voltado a surdos, e pela Cinemateca Brasileira.

O MEC atrasou repasses neste ano para a associação, em torno de 40% dos R\$ 70 milhões previstos, o que vinha dificultando as operações.

"Os conselheiros do Minis-

UFRB afasta estudante após ato racista contra professora

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) abriu um processo administrativo contra o aluno de Ciências Sociais, Danilo Araújo de Góis acusado de racismo por se negar a receber uma avaliação das mãos de uma professora da instituição por ela ser negra.

Estudantes gravaram o momento que aconteceu durante uma aula da professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis, da disciplina História do Brasil Império, nesta segunda-feira (9).

O processo administrativo tramitará de acordo com as normas previstas no regimento da UFRB. O estudante pode ser penalizado com advertência verbal, repressão escrita, suspensão de 30 dias, suspensão de 90 dias e desligamento da Universidade.

Colegas relataram que desde que entrou na Universidade, em 2018, o estudante de Ciências Sociais tem comportamento racista e se recusa a pegar coisas das mãos de pessoas negras ou até mesmo sentar próximo. Chegando a dizer que "não se mistura com negros pois foi bem criado".

Um dos vídeos gravados por alunos que mostra a sala repleta de estudantes negros viralizou no Twitter. Nele é possível ver que o aluno não aceitou receber um material da professora, que ela insiste mas ele diversas vezes pede para que ela coloque os papéis na

mesa para que aí, então, ele pegue. Momentos depois, uma outra professora adentra a sala de aula, se identifica como coordenadora do curso de História e pede para que o aluno racista se retirasse da sala de aula após a professora alegar que não se sentia confortável em continuar com a atividade na presença dele.

Segundo a polícia, o estudante do curso de Ciências Sociais, Danilo Araújo de Góis, esteve na Delegacia de Cachoeira e relatou que foi vítima de preconceito, porque os estudantes não deixaram ele se explicar e o chamaram de racista. Ele registrou um boletim de ocorrência e foi liberado. A professora Isabel Cristina Ferreira dos Reis também registrou o caso na delegacia e entrou com uma ação no Ministério Público da Bahia (MP-BA).

Na terça-feira (10), um estudante tentou invadir o quarto de Danilo com um pedaço de pau na mão. O aluno, que não teve o nome revelado, tentou invadir o quarto de Danilo na residência universitária localizada na cidade de São Félix, vizinha a Cachoeira. Danilo foi orientado pela UFRB a deixar o local, para sua segurança.

A universidade afirmou prezar pela idoneidade física tanto da professora quanto do estudante, por mais que seja comprovado que ele cometeu crime de racismo.

OLAVISMO

A decisão de não renovar o contrato com a fundação aconteceu poucos dias após o início da exibição da série "Brasil: A Última Cruzada" em que o guru do bolsonarismo, o astrólogo Olavo de Carvalho, é um dos personagens principais.

Não sabemos, no entanto, se Bolsonaro chegou à conclusão de que a TV Escola "deseduca" antes ou depois de assistir o seu astrólogo-guru na telinha.

A produção que apresenta uma "versão diferente da história brasileira, que antes circulava apenas em perfis terraplanistas, monarquistas e obscurantistas, passou a ser transmitida em uma TV pública dirigida à formação de professores e alunos.

Segundo o narrador do documentário, a série pretende combater "ideologias perversas", que "contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis em jovens, que hoje estão perdidos e sem norte".

DESPEJO

Francisco Câmpora, que assumiu a gestão da Fundação Roquette Pinto após a posse de Bolsonaro e garantiu a entrada do olavismo na programação da emissora, afirmou agora que o MEC agiu de "forma sorrateira".

"Enquanto estávamos trabalhando a favor do Brasil, do governo Bolsonaro e da Educação — investindo no programa de literacia familiar — o MEC estava planejando de forma sorrateira, pois não fomos avisados, nossa expulsão do prédio e o encerramento do contrato", disse. Na sexta-feira (13), os profissionais da TV Escola recolheram os equipamentos da sala que ocupavam no 9º andar do MEC.

Um caminhão de mudança foi para porta do ministério para levar os materiais para um depósito em Brasília.

Um ofício de outubro pedia a desocupação do espaço. Naquele momento, o argumento era sobre a necessidade de uma reforma no prédio.

A associação tentou na Justiça, em 29 de novembro, um prazo maior para efetuar a mudança, mas a Justiça derrubou liminar na quinta-feira (12). "Com a queda liminar, de fato, é um despejo", diz Flavio Pereira de Sousa, da assessoria jurídica da Roquette Pinto.



Segundo a fundação, MEC falsificou dados para justificar o fechamento da TV

Atriz Fernanda Montenegro condena assassinos da Cultura

A atriz Fernanda Montenegro atacou o governo de Jair Bolsonaro e criticou a nova direção da Agência Nacional do Cinema (Ancine), durante o Festival do Rio de Cinema.

Para a veterana, de 90 anos, a escolha de Bolsonaro para comandar a agência que decidiu retirar os cartazes de históricos filmes brasileiros da parede da instituição, é "assassina".

"Se eles pudessem, es-taríamos todos num paredão e eles atirando em nós com metralhadoras", declarou Fernanda Montenegro, em entrevista à Revista Quem.

A atriz comparou o período atual com a ditadura militar (1964 – 1985), quando a produção cultural brasileira era censurada pelo regime. "Nós somos imorredouros. Nós sobrevivemos uma vez. Desta vez, é uma forma assassina", afirmou Fernanda Montenegro.

Fernanda Montenegro também criticou o discurso bolsonarista para atacar a cultura. "É difícil. Sem cultura não há educação e sem educação não há cultura. Eu não entendo o que está acontecendo com este país, com tantos xingamentos. Não há explicação. E uma nova moralidade que condena qualquer estrutura contrária ao seu Deus", concluiu.

"A VIDA INVISÍVEL" A atriz participou, em 2019, do filme "A Vida Invisível", de Karim Aïnouz, que a Ancine proibiu a exibição para funcionários, na sede da agência, na semana passada.

Em resposta, os funcionários organizados pela Associação dos Servidores Públicos da Ancine (Aspac) realizaram uma exibição ao ar livre,



"A cultura é sempre a primeira que vai sendo calada porque é vibrante e a força da vida um povo", disse a atriz de 90 anos

na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro (RJ), na noite de quinta-feira, 12. O evento contou com a participação de cerca de 500 pessoas.

"A Vida Invisível" está inscrito pelo Brasil na disputa para o Oscar 2020. A Aspac transmitiu, um áudio de Fernanda Montenegro, também no elenco de "A Vida Invisível", gravado especialmente para o evento.

"Sou uma sobrevivente de 75 anos de vida pública nesse país e a cultura é sempre a primeira que vai sendo calada porque é vibrante e a força da vida um povo", disse.

"Não há um filme na minha vida em que eu não esteja em estado de protesto. É uma batalha. E a gente vai vencer. Já saímos de guerras piores. Artista? Sobrevive sempre", ela concluiu.

A projeção foi seguida de um debate com dois produtores do filme, Rodrigo Teixeira e Camilo Cavalcante e dois atores Julia Stockler e Gregorio

Duvivier.

"A família tradicional cristã, que esse governo quer encarnar, nunca existiu e o filme mostra isso. É uma ideia falida e nunca deu certo. Foi muito angustiante fazer esse filme e ao mesmo tempo muito recompensador", afirmou Duvivier.

"Sem desobediência civil, esse país já teria acabado. Nosso maior ativo é jamais se curvar. Somos um país de gente insubmissa e desobediente", finalizou o ator, arrancando palmas e gritos da plateia.

"Produzimos isso em três dias para dar uma resposta para a Ancine", disse uma funcionária da agência, agradecendo ao público presente.

Segundo um funcionário, a justificativa da direção da Ancine para o cancelamento foi que um projetor da sala de exibição estava quebrado, mas ao falarem com o funcionário responsável pela sala constataram que não havia problemas.



Carro do músico Evaldo Rosa foi alvejado por 83 tiros de fuzil

80 tiros: tenente diz que ordenou disparos porque vítima estava armada

Na tentativa de justificar a ação do exército, durante depoimento à Justiça realizado nesta segunda-feira (16), o tenente Ítalo Nunes, comandante da patrulha de oficiais do exército responsável pelos disparos de 257 tiros de fuzil que mataram o músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de recicláveis Luciano Macedo, afirmou que Macedo estava armado no momento em que houve o fuzilamento. O caso ficou conhecido por "80 tiros" devido às balas que acertaram o carro de Evaldo.

"O vi ao lado do Ford Ka (dirigido por Evaldo) atirando em nossa direção", declarou o militar, para justificar os tiros. No entanto, nenhuma arma foi encontrada com o catador durante a perícia criminal realizada na região. Em seu relato, o tenente Nunes incriminou o catador de materiais recicláveis.

De acordo com ele, Luciano foi visto pelos militares, momentos antes das mortes, assaltando um veículo. Quando questionado sobre a inexistência de armamento encontrado no local do crime, o militar ainda disse acreditar que uma pistola tenha sido levada de volta para o interior da favela por uma das pessoas que estavam no veículo.

"Nas imagens feitas posteriormente de cima é possível ver uma das ocupantes do carro olhando para o chão, procurando algo. As imagens não mostram arma no chão, mas essa postura é suspeita", sustentou o comandante da operação.

O tenente ainda afirmou que a patrulha estava "abalada", por que, horas antes do crime, trocou tiros com traficantes da região. O militar completou o depoimento dizendo "não acreditar" que Luciano "era mesmo catador".

Os militares do Exército foram denunciados em maio deste ano pelos crimes de homicídio qualificado e omissão de socorro.

GUADALUPE

O tenente foi o primeiro dos 12 militares que serão ouvidos pela Justiça Militar — nove deles respondem pelo duplo assassinato. Eles dispararam ao todo 257 tiros durante a ocorrência em Guadalupe, zona norte do Rio, dos quais 83 atingiram o veículo em que Evaldo e a família estavam. Luciano, que prestava socorro às vítimas, também foi atingido pelos disparos e morreu dias depois de internado.

Os depoimentos dos militares foram adiados por duas vezes, sendo esta, a primeira vez que eles falam publicamente sobre o crime.

Em agosto, o depoimento já havia sido adiado, após a constatação de que a Polícia Militar não enviou para prestar depoimento, conforme solicitado pela defesa dos réus, PMs que chegaram ao local logo depois dos disparos em uma viatura Ford Ranger. Em setembro, a Justiça Militar decidiu adiar de novo o depoimento dos 12 militares envolvidos nos crimes ocorridos em 7 de abril. A estratégia da defesa dos militares em pedir o adiamento do interrogatório se baseou no fato de eles responderem em liberdade pelos assassinatos de Evaldo e Luciano.

Em maio, por 11 votos a 3, os ministros do STM (Superior Tribunal Militar) decidiram conceder liberdade aos militares envolvidos na ação. Eles haviam sido denunciados pelo MPM (Ministério Público Militar) na Justiça Militar. Os nove militares são réus pelos crimes de duplo homicídio qualificado e por não terem prestado socorro às vítimas. Em depoimento à Justiça Militar, as viúvas de Evaldo e Macedo disseram que os militares envolvidos na ação que matou seus maridos "debocharam" dos pedidos de socorro.

Foram presos o tenente Ítalo da Silva Nunes Romualdo, o sargento Fábio Henrique Souza Braz da Silva e soldados Gabriel Christian Honorato, Matheus Santanna Claudino, Marlon Conceição da Silva, João Lucas da Costa Gonçalves, Leonardo Oliveira de Souza, Gabriel da Silva de Barros Lins e Vítor Borges de Oliveira. Todos atuam no 1º Batalhão de Infantaria Motorizada, na Vila Militar, na zona oeste do Rio.

André Sturm assume a Secretaria de Audiovisual

O ex-secretário municipal de Cultura de São Paulo, André Sturm aceitou convite realizado pela Secretaria da Cultura do governo federal e assumirá a chefia da Secretaria de Audiovisual no lugar de Katiane Gouvêa, que foi exonerada do cargo na quarta-feira (11).

O convite aceito por ele, foi feito pelo secretário nacional de Cultura, Roberto Alvim, durante um almoço realizado no prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na quinta-feira (12).

Sturm ficou conhecido por ter sido um dos líderes do movimento contra o fechamento do Cine Belas Artes. Ele é cineasta, foi

diretor do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP) e é programador do cinema Petra Belas Artes.

Sturm foi exonerado da secretaria municipal em janeiro. O convite foi feito no dia seguinte à demissão de Katiane Gouvêa, que ocupou o cargo por duas semanas. Sua exoneração foi atribuída a supostas irregularidades que teria cometido quando tentou se eleger deputada federal em 2018.

Katiane estava desgastada após ser apontada como responsável por um ato de censura ao filme 'A Vida Invisível', que teve a exibição proibida num programa de

capacitação de servidores da Ancine. A produção do diretor cearense Karim Aïnouz foi a escolhida para representar o Brasil no Oscar de 2020.

"E um homem que tem anos e anos de atuação nessa área. É uma pessoa que merece todo o nosso respeito. Além de tudo isso, o André é uma pessoa que participou de vários conselhos superiores de cinema, de comitês de fundo setorial, que foi presidente do sindicato", analisa a produtora Mariza Leão, dos filmes "De Pernas pro Ar" e "Meu Nome Não é Johnny". Para ela, após o anúncio, "o ano termina com uma outra perspectiva para o setor".

PL de deputado bolsonarista quer acabar com 13º salário

Proposta do deputado que é que o 13º salário seja pago parcelado em 12 vezes

O deputado bolsonarista Lucas Gonzalez (Novo-MG) quer acabar com o 13º salário. Na verdade, o projeto de sua autoria é para que o 13º salário seja parcelado em até 12 vezes, o que, na prática, significa acabar com o 13º, que perderia a sua finalidade.

Segundo ele, o pagamento do 13º em 2 vezes, como prevê a legislação atual, “onera em demasia o empregador”.

O 13º é cláusula pétrea da Constituição, portanto, para acabar com ele seria necessário mudar a Constituição. Por isso a proposta do deputado de dividir o pagamento.

A proposta de Gonzalez é que, no caso de o empregado ainda não ter completado um ano de trabalho, o valor do 13º poderia ser dividido pelo número de meses trabalhados.

O 13º salário, ou gratificação de Natal, que normalmente no Brasil é pago no meio do ano e o restante no final do ano, foi instituído há 57 anos e é visto não apenas como um importante benefício aos trabalhadores, que podem contar com uma renda extra no período de férias escolares e nas festas de fim de ano, mas também um importante fator de aquecimento do comércio e da economia.



Deputado federal Lucas Gonzales (NOVO-MG) abraçando Bolsonaro



Carlos Litti Dahmer, líder dos caminhoneiros de Ijuí (Rio Grande do Sul)

Caminhoneiros adiam greve e mantêm pressão para garantir o frete mínimo

Lideranças dos caminhoneiros reafirmaram, nesta segunda-feira, que irão manter o alerta e a pressão sobre o governo Bolsonaro exigindo a garantia do cumprimento da tabela mínima do frete para a categoria.

Os caminhoneiros autônomos estavam com greve marcada para esta segunda, mas a mobilização não se efetivou. No entanto, a insatisfação com o governo por não cumprir a promessa de garantir a tabela mínima de frete vem crescendo entre os caminhoneiros. Segundo dirigentes do movimento, desde junho o governo vem prometendo a publicação no Diário Oficial dessa regulamentação, o que não ocorreu.

De acordo com o líder dos caminhoneiros, Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Ijuí (RS), “de uma coisa a categoria não abre mão, que é a resolução da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) que garante o piso mínimo do frete e estabeleça que a empresa, a transportadora que não cumprir tenha uma multa de R\$ 5 mil”.

Conforme Litti, que também é vice-presidente da CGTB, a “implementação de uma fiscalização eletrônica

através do CIOT (Código Identificador de Transporte) é algo extremamente necessário para a garantia da implementação do piso”, explica.

José Araújo Silva, o China, presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), ressaltou que “vamos analisar se o governo vai começar a atender nossas demandas. Desde a paralisação feita no ano passado, nada mudou”. “Tem de haver fiscalização por parte do governo para que se faça cumprir o pagamento justo e estabelecido”. De acordo com China, se isso não ocorrer, a categoria terá motivos para uma nova greve. “O caminhoneiro tem de sobreviver”, afirma.

Segundo Sergio Henrique Silva, liderança da categoria na Bahia, um dos motivos para a greve não ter ocorrido foi a promessa feita pelo governo de publicar o CIOT amanhã (17). “Com o CIOT para todos, as empresas que não pagam o [frete] mínimo e sonem impostos serão punidas. Essa promessa fez com que muitos recusassem, mas essa é só uma das várias reivindicações, ainda falta muita coisa”, disse. “E, se ele [o governo] voltar atrás, iremos marcar outra [greve]”, ressaltou. Outro ponto da pauta dos trabalhadores é a redução dos preços dos combustíveis

que teve “11 aumentos consecutivos nos preços dos combustíveis durante o ano e ele não foi para a tabela, porque cada um avaliava de um jeito o aumento que dava e esse gatilho da lei de que acima de 10% de aumento no combustível, um novo cálculo seria projetado. Se lembrarmos que no ano passado o valor médio do óleo diesel no país era de R\$ 2,86, hoje ele ultrapassa o valor dos R\$3,90 na média nacional”, complementa Litti.

Nesta segunda-feira, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ao falar sobre o movimento dos caminhoneiros, disse que o momento atual é diferente do que o país viveu durante o governo passado e que o “país já apresenta índices que apontam para um crescimento econômico com atividade econômica sustentável e que isso vai beneficiar toda a sociedade”.

Segundo ele, não será o menor preço do combustível que vai determinar um frete com valores mais baixos. “Se você não tem como transportar, não adianta o preço do frete. Tem que ter o que [e como] transportar. A dinâmica da economia e o crescimento econômico é que vão permitir uma maior demanda e maior emprego dessa categoria”, disse.

“Há uma política criminoso em relação à atenção básica à saúde no Rio”, denuncia Jandira Feghali

“Há uma política criminoso ocorrendo no Rio de Janeiro em relação à atenção básica à saúde da população”, afirmou a deputada federal Jandira Feghali (PdoB-RJ) ao propor a criação de um gabinete de crise na Câmara dos Deputados para acompanhar o caos que se instalou na saúde pública do município.

A proposta, de iniciativa da deputada Jandira Feghali e encampada pela bancada do estado, foi entregue ao presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM), que aprovou a instalação de uma comissão para investigar a crise da Saúde.

Além de Jandira, os deputados Marcelo Freixo (PSOL), Chico D’Angelo (PDT), Benedita da Silva (PT), Alexandre Serfotius (PSD), Marcelo Calero (Cidadania) e Pedro Paulo (DEM) já assinaram o documento.

“Eu sempre disse que a questão da Saúde pública pode ser o crime quase perfeito. As pessoas morrem e parece que não há culpados”, disse a parlamentar, acrescentando que o prefeito Marcelo Crivella precisa res-

ponder ao que está acontecendo na Saúde do município. “É muito grave, as pessoas estão morrendo”.

Segundo a deputada, “não se pode dizer que não há recursos”, pois “existe um piso constitucional”.

Para Feghali, a paralisação da atenção à Saúde que está ocorrendo no Rio precisa ser investigada. “Há um gravíssimo desvio de distribuição orçamentária que precisa ser investigado, as Organizações Sociais (OS) precisam ser investigadas”, disse.

Os parlamentares querem reunir representantes do Ministério da Saúde, das secretarias municipal e estadual, o Conselho Municipal de Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz, além de deputados estaduais e vereadores do Rio.

Sem salários há dois meses e sem 13º, os funcionários terceirizados da rede municipal de Saúde estão paralisados desde a madrugada do dia 10. Alguns relatam que não têm dinheiro nem para locomoção e falta dinheiro para alimentação.

A greve dos funcionários das Organizações Sociais (OS) – modelo de administração que transfere para entidades privadas a gestão do pessoal e a manutenção de unidades -, que não recebem por falta de repasses da prefeitura, é apenas um capítulo no caos da Saúde Pública do município, que amarga outros problemas como a falta de equipamentos adequados em hospitais e Clínicas da Família, falta de leitos, farmácias desabastecidas, falta de insumos médicos, profissionais de menos, enfermarias superlotadas e até infestação de ratos em unidades.

Um impasse judicial para a liberação de R\$ 325 milhões das contas da prefeitura que devem ser repassados às OS para pagamento dos funcionários se arrasta desde o dia 26 de novembro.

Na quarta-feira (11), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro decidiu bloquear as contas da prefeitura do Rio para garantir o pagamento dos funcionários terceirizados.

Para facilitar demissões, governo extingue adicional de 10% em caso de dispensa sem justa causa

Para facilitar ainda mais as demissões dos trabalhadores, o governo extinguiu o adicional de 10% dos depósitos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) paga pelas empresas nos casos de demissões sem justa causa.

A medida está na Medida Provisória (MP) 889 convertida na lei nº 13.932, assinada por Bolsonaro na quarta-feira e publicada no Diário Oficial de quinta-feira (12).

Considerada uma contribuição social, a percentagem de 10% foi criada por uma lei complementar de 2001 para compensar perdas históricas de planos econômicos, e é direcionada à Caixa Econômica Federal.

Com a extinção dessa cobrança, as demissões ficarão mais baratas. No entanto, em relação à multa de 40% que os trabalhadores recebem na demissão sem justa causa não houve altera-

ção, apesar do governo tentar acabar também com qualquer formalização nos contratos de trabalho, justamente para prejudicar os trabalhadores.

Para Gabriel Pereira, especialista em Direito do Trabalho, “o fim da multa dos 10% é, dentre todas as falácias do governo atual, mais uma que representa o engodo de desonerar a folha de pagamento das empresas, com falsas promessas de criação de emprego”.

Para o advogado, a medida está, “em última análise, diminuindo a arrecadação da CEF que, se fosse utilizada com seu propósito real, serviria para o desenvolvimento econômico do país, principalmente para criação de moradias. É a primeira porta para acabar com a multa como um todo, e por que não, com o próprio FGTS?”, aponta Pereira.

PEC que corta salários dos servidores poderá atingir quem recebe acima de 3 mínimos

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186, a chamada PEC Emergencial, que propõe teto de gastos do governo e, entre outras medidas, ataca de forma profunda os servidores públicos, teve o texto original modificado pelo relator, senador Orlivoisto Guimarães (Podemos/PR).

De acordo com o relatório, fica mantido o corte dos salários e jornada dos servidores em 25%, mas será restrito aos servidores que ganham mais de três salários mínimos, ou seja, R\$ 2.994. A medida só não é pior mesmo do que a própria original do governo, que permitia a redução para todos os funcionários públicos, independente do salário.

Com isso, caso a proposta seja aprovada desta forma, milhões de servidores públicos ainda serão afetados com a possibilidade de redução de jornada de trabalho e salários, além do enfraquecimento do serviço público prestado à população.

A proposta do relator, apresentada na terça-feira (10) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mantém todos as propostas de ataque aos

direitos do funcionalismo, como a proibição de concessão de vantagens, proibição de aumentos e reajustes de salários de servidores públicos, e das promoções e progressões de carreira, em casos emergenciais.

No caso da União, essas medidas serão adotadas obrigatoriamente quando houver descumprimento da regra de ouro, que impede que o governo se endivide para pagar despesas correntes, como gastos com pessoal. Nos âmbitos estadual e municipal a decisão ficará a cargo de governadores e prefeitos.

No dispositivo que proíbe novas contratações de servidores públicos em caso de problemas fiscais, o relator também incluiu uma ressalva de que a regra não valeria do caso de contratação de médicos.

Conforme requerimentos aprovados na CCJ após a leitura do parecer, serão realizadas audiências públicas antes da votação da PEC na Comissão, o que deve acontecer em 2020. Após esse trâmite, a matéria segue para o plenário do Senado, em dois turnos de votação, e se avançar segue para a Câmara.



Plenária realizada no fim de semana Conselho Nacional da CTB conclama ampla unidade em defesa da democracia

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) iniciou na sexta-feira, 13, o seu 3º Conselho Nacional, em Brasília. No encontro, os dirigentes da central irão debater a conjuntura política do país e o plano de ação para próximo ano.

Para o presidente da central, Adilson Araújo, “o momento requer a mais ampla e sólida unidade da classe trabalhadora, das centrais sindicais, dos movimentos sociais e das forças democráticas e progressistas para a luta contra o retrocesso e em defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos e da valorização do trabalho”.

O Conselho é realizado na sede da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Aristides Veras dos Santos, presidente da Confederação, também ressaltou a importância da unidade nesse momento, destacando que a entidade tem uma forte tradição de convivência unitária das diferentes tendências ideológicas e políticas, e que “acima de tudo está a unidade, é ela que reforça nossa luta”, afirmou.

Com a presença de dirigentes das centrais UGT, CGTB e CSB, os sindicalistas irão debater os projetos impostos pelo governo Bolsonaro, que atingem os direitos dos trabalhadores e da organização sindical, como o chamado programa verde e amarelo (MP 905), reforma sindical, e a defesa da democracia.

Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), destacou que “temos um governo que está fazendo de tudo para destruir o Brasil, destruir os direitos dos trabalhadores, da Previdência, reforma trabalhista, reforma sindical. Faz terra arrasada com as estatais estratégicas para o Brasil, Petrobrás, Eletrobrás, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Quer privatizar tudo. Promove o maior desmatamento da história do Brasil, incentiva a queimada na Amazônia”.

“E para poder materializar o seu projeto de destruição nacional quer impor uma ditadura dentro do nosso Brasil. Tramam para dar um golpe no nosso Brasil. Querem de volta o AI-5, que matou, torturou, exilou inúmeros companheiros”.

“No entanto, nós fomos vitoriosos contra a ditadura. Foi necessário montar frentes para derrotar a ditadura. Isolamos o campo mais horrendo que tinha, e derrotamos a ditadura. Na ansiedade também. E na Constituição Cidadã construímos uma frente para garantir essa nossa Constituição. E não pensem que foi fácil, porque teve gente que foi contra a frente ampla, que foi contra unir todos os brasileiros para acabar com a ditadura naquela época, mas nós fomos vitoriosos”.

“E agora o que temos que fazer é chamar todos aqueles que não aceitam esse governo, e montar uma frente para derrotarmos a ditadura de Bolsonaro”, conclamou Bira.

ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS

Em documento apresentado para o debate, a CTB destaca que “o governo da extrema direita revelou-se um inimigo mortal da classe trabalhadora. Autoritário e intolerante, radicalizou a agenda de restauração neoliberal inaugurada por Michel Temer. Sob a máxima reacionária de que ‘o trabalhador terá de escolher entre direitos ou empregos’, editou várias Medidas Provisórias com o objetivo de destruir direitos e fragilizar ainda mais os sindicatos (MPs 871, 873, 881 e 905)”.

“O Palácio do Planalto criou um Grupo de Altos Estudos do Trabalho – GAET, coordenado pelo relator da reforma trabalhista de Temer, Rogério Marinho, e integrado por notórios reacionários, como o jurista Ives Gandra da Silva Martins. O objetivo é prosseguir na obra iniciada por Temer, subtrair outros direitos previstos na CLT e desfigurar o Artigo 8º da Constituição de modo a extinguir a Unidade Sindical e permitir a criação de sindicatos por empresas, impondo a divisão e pulverização da organização sindical”, denuncia o documento.

A carta da central aponta ainda o caráter fascista do governo Bolsonaro, que “investe diariamente contra os direitos das mulheres, dos negros, dos índios, despreza o meio ambiente, estimula a violência policial, no campo e nas periferias das metrópoles, e os crimes ambientais. Manteve e provavelmente ainda mantém relações obscuras e perigosas com a milícia carioca, inclusive com os assassinos da vereadora Marielle Franco”.

“O presidente defende a tortura, abomina as liberdades democráticas e procura abrir caminho para o retorno de uma ditadura militar no país, ao mesmo tempo em que não adota nenhuma iniciativa efetiva para amenizar o desemprego em massa e a grave crise econômica e social que atinge o país. É uma ameaça neofascista que não pode ser negligenciada pelas forças democráticas e progressistas”.

“E frente a esta conjuntura política hostil aos interesses do povo e da nação brasileira que o Conselho Nacional da CTB conclama a classe trabalhadora à resistência e à luta”, destaca a carta.

Reprodução/Facebook

Geraldo Magela/Agência Senado

Presidente argentino toma medidas contra pobreza e a favor da produção



Assembleia de escritores elege nova diretoria do Sindicato dos Escritores de São Paulo é eleita "na defesa da democracia e da cultura"

“É neste quadro adverso para a cultura e o povo brasileiro que o Sindicato dos Escritores de São Paulo vem a público conchamar a todas as forças políticas, personalidades, entidades e movimentos interessados na preservação das liberdades individuais e coletivas, e na manutenção, aperfeiçoamento e expansão das garantias do Estado de Direito, a constituírem uma Frente Democrática, ampla e plural, que una o Brasil para barrar as intenções ditatoriais e golpistas do atual mandatário da República e de seus asseclas, defender a Constituição Federal, afastar o perigo fascista e abrir caminho para superar a crise”, afirma o Manifesto “Em Defesa da Democracia, da Cultura e dos Escritores Brasileiros”, lançado pela diretoria do Sindicato dos Escritores de São Paulo, eleita no dia 11.

O manifesto foi lido pelo 1º Secretário, Elder Vieira dos Santos, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, onde se deu a eleição.

AMEAÇA À CIVILIZAÇÃO

O presidente reeleito, Nilson Araújo de Souza, alertou para o dano ao país representado pelo atual governo: “Já começam a violentar a democracia, violentar os direitos do nosso povo, a soberania nacional. Querem acabar com o patrimônio público e, de um ponto de vista mais geral, é um grupo que ameaça a própria convivência e o avanço civilizatório em nosso país. É um grupo obscurantista: para eles, tudo o que foi produzido em termos de ciências naturais, não existe e, assim, negando a ciência, negando de Copérnico a Galileu e todo o desenvolvimento científico até os nossos dias, dizem que a Terra é plana”.

UNIR DEMOCRATAS

Ao saudar a diretoria eleita, Renato Rabelo, presidente da Fundação Mauricio Grabois e dirigente do Partido Comunista do Brasil enfatizou: “A eleição de uma diretoria como esta é fundamental neste momento da vida nacional em que é perigoso o que essa gente procura repor enquanto retrocesso na história do nosso país”.

Renato destacou ainda a clareza do manifesto lançado nesta noite, “que mostra que esta diretoria está percebendo a importância de unirmos todos os democratas, patriotas, progressistas e até liberais sensatos para barrar qualquer tentativa ditatorial. Eu penso que esta é uma questão fundamental, a questão decisiva, é aquilo que costumamos chamar de ameaça maior”.

O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas, também saudou a nova diretoria: “Vejo nos escritores pessoas voltadas para o nosso povo, para o nosso país, para o ser humano. Estes escritores, que assim se desenvolveram, serão capazes de estimular o enfrentamento dessa realidade na qual mergulhou o nosso país”.

CONTRA O OBSCURANTISMO

Rosanita Monteiro de Campos, presidente da Fundação Cláudio Campos, alertou que “devemos ter claro que sem democracia, não há estímulo aos escritores, à cultura, e até o próprio país fica sob risco. Bolsonaro quer destruir nosso país e a contribuição que espero que este sindicato dê é no sentido de ajudar a evitar que uma ditadura fascista se instale no nosso país, este tem que ser o nosso compromisso, isso nos unifica a todos e nos ajuda a trazer muita gente para o nosso lado”.

A vice-presidente Rosani Abu Adel prestou homenagem ao fundador do Sindicato, Toledo Machado, e lembrou, na figura de Vladimir Herzog, cujo quadro está exposto no auditório cedido pelo Sindicato dos Jornalistas, a luta dos dois sindicatos unidos naquele grave momento. A seguir, Rosani também homenageou o povo palestino em seu Dia Internacional de Solidariedade, recitando um poema seu, denominado “O Canto do Aláude”.

“É uma satisfação ceder espaço do nosso sindicato para um ato de defesa da democracia como este”, afirmou o secretário de Relações Intersindicais do Sindicato dos Jornalistas, André Freire.

CONTRA O GOVERNO DE DESTRUIÇÃO

“Daremos um combate muito forte em defesa da cultura, da liberdade de expressão, das liberdades democráticas, em defesa de tudo aquilo que a civilização brasileira construiu ao longo da nossa história e que este governo está buscando destruir”, afirmou Edmilson Costa, eleito para a 2ª vice-presidência.

Estiveram presentes, os escritores e novos diretores Jeosafá Fernandez, Jorge Suleiman e Lejeune Mirhan, o músico e cantor Cícero do Crato, o cineasta Caio Plessman, além do ativista Geraldo Pereira e da professora Luísa Moura.

Leia a íntegra do manifesto em: www.horadopovo.com.br



Injeção de recursos é primeira resposta à devastação do governo de Macri

“O povo unido jamais será vencido”, canta Santiago

Inti Illimani, um dos conjuntos mais representativos da música popular chilena, se apresentou na quinta-feira, 12, emocionando dezenas de milhares de pessoas que se reuniram na Praça Itália – agora denominada de Praça da Dignidade –, no centro de Santiago. Ali, o grupo interpretou “O povo unido jamais será vencido” cuja versão é uma das mais famosas da conhecida canção de Sergio Ortega.

A presença do conjunto aconteceu no 57º dia de protestos contra a política neoliberal do governo conservador de Sebastián Piñera.

“Tínhamos a dúvida de se era oportuno fazer a apresentação ou não”, disse Horacio Salinas, líder do grupo, ao que a presença musical nos protestos acabou de convencer. “Tem me impressionado muito o Réquiem de Mozart ser tocado em diversos lugares de Santiago, com músicos com formação acadêmica. Isso fala de que a música não pode parar. A música é um espaço de unidade, que nos convoca a pensar. É um momento não só de paz mas de muita intensidade emotiva”, afirmou.

Horacio Durán, outro



Histórico quinteto Inti Illimani cantou junto com a multidão reunida na Praça da Dignidade

membro do grupo, assinalou que “minha convicção, desde os primeiros dias deste levante extraordinário, é que agora temos que demonstrar com o voto que a grande maioria dos chilenos quer uma mudança constitucional”.

Os integrantes do Inti Illimani, e outros artistas chilenos, tiveram que partir para o exílio com o golpe de Augusto Pinochet em 1973 e ficaram na Itália, onde continuaram seu trabalho musical

denunciando a ditadura. Sua versão de “El pueblo unido jamás será vencido” foi conhecida nesses anos, junto com a do conjunto Quilapayún. Voltaram ao Chile em setembro de 1988, para participar do plebiscito que derrotou Pinochet e nos dias atuais estão integrados nas manifestações e protestos que exigem o fim da política anti-popular e neoliberal de Piñera, assim como sua criminoso repressão aos protestos.

Trabalhadores franceses mantêm firme a greve contra a agressão de Macron

A França entrou nesta segunda-feira (16) no 12º dia de greve contra o massacre do governo Emmanuel Macron à Previdência, um projeto neoliberal que aumenta em dois anos o período de trabalho para o direito à aposentadoria e achata o valor das pensões.

“A greve continua e lamentamos porque não havíamos previsto desta maneira. Percebemos que o governo não dá o braço a torcer e isto vai durar algum tempo. Não haverá trégua de Natal, exceto se o governo encontrar a razão”, afirmou o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Confederação Geral do Trabalho, CGT, Laurent Brun, à rádio France Info.

Cinicamente, o governo manteve na última semana a brutalidade dos ataques a conquistas previdenciárias históricas, mas pediu uma “trégua” aos trabalhadores na semana do Natal. Nenhuma palavra sobre a indecente redução de direitos de 42 categorias, sob a adoção de medidas que igualam serviços com alto nível de periculosidade ou toxicidade aos de escritório, achatando aposentadorias e pensões.

O governo exige que



Macron ameaça reduzir as aposentadorias e elevar o tempo de serviço dos trabalhadores os grevistas façam uma pausa durante o Natal e o Ano Novo, mas os sindicatos responderam que só vão voltar a trabalhar quando o governo voltar atrás das medidas que pretende tomar. “Se o governo retirar seu projeto e passarmos a discutir seriamente sobre como melhorar o sistema (...) tudo ficará bem. Caso contrário, os grevistas decidirão o que fazer quinta-feira, 19, ou sexta-feira, 20”, declarou Philippe Martinez, secretário geral da CGT.

Neste momento, o principal foco de tensão está precisamente centrado na Rede Ferroviária francesa (SNCF), que responde na época

do Natal pela circulação de cerca de 5.700 trens de longa distância (internacionais e regionais) e as férias de final de ano começam a partir do próximo sábado (21).

Tentando oportunisticamente diminuir a pressão e fazer com que os ferroviários deem “uma pausa” agora, para voltar sem direitos depois, o presidente da SNCF, Jean-Pierre Faradou, recebeu um sonoro não dos trabalhadores, que responsabilizaram o governo pela dramática situação. Macron se mantém intransigente e tenta douar a pilula chamando o assalto às pensões e aposentadorias de “reforma histórica”.

Leis de emergência econômica atuarão no sentido do combate urgente à pauperização do povo e de elevar a produção com base no fortalecimento do mercado interno

No final de sua primeira semana no governo, o novo presidente da Argentina, Alberto Fernández, tomou uma série de medidas que qualificou de urgentes diante da grave crise que o país atravessa. Informou que na segunda-feira, 16, enviará ao Congresso a Lei de Solidariedade e Reativação Produtiva; além das leis de emergência econômica, sanitária e põe em ação a de emergência alimentar que, apesar de necessária, nunca foi aplicada pela administração do ex-presidente Macri.

Essa Lei tem uma premissa básica: os trabalhadores e aposentados com ingressos mais baixos e os que recebem fundos sociais cobrarão um bônus que os resgate da inflação que beira os 60% que Macri deixou. Haverá somas fixas para aqueles que ganham salário mínimo, para os funcionários públicos de ingressos menores e reforços previdenciários e na seguridade social. O governo disse que será uma primeira injeção de recursos para responder com urgência à catástrofe deixada, como início de um processo de recuperação da economia com base na demanda, no crescimento do mercado interno, com uma distribuição progressiva dos salários.

Ou seja, apontando primeiro a quem menos têm. O objetivo acionado nos primeiros dias de governo é deter o enorme aumento da pobreza e a indigência, que no último trimestre do ano acelerou-se ainda mais, quando a inflação passou de 3,3% em outubro para 4,3% em novembro e este mês deve chegar aos

5%. Se nada fosse feito, a pobreza superaria os 42% de aumento, e a indigência os 10%, revelou Martín Guzmán, novo ministro de Economia.

Fernández decretou ainda, neste sábado (14), que trabalhadores demitidos sem justa causa – como os milhares que houve no governo anterior – nos próximos 180 dias receberão o dobro das verbas de rescisão. O “Decreto de Necessidade e Urgência” diz que “os trabalhadores afetados terão o direito de receber o dobro da remuneração correspondente de acordo com a legislação vigente”.

A taxa de desemprego na Argentina pulou para 10,6% no segundo trimestre de 2019, um ponto percentual a mais do que no ano anterior, com os jovens especialmente atingidos, sofrendo uma taxa de 24%, informou o governo no comunicado à imprensa em que anunciava o decreto.

Outra medida tomada foi o aumento dos impostos às exportações agrícolas – as chamadas retenções. Mediante um decreto publicado no sábado ficou sem efeito o esquema impositivo estabelecido pelo ex-presidente, Mauricio Macri, que retinha quatro pesos por dólar exportado, e se determinou uma porcentagem fixa de 9% por cada dólar. No caso da soja, o produto mais exportado, o 9% somou-se aos 18% que já estavam em vigor, pelo que o total retido aos exportadores ascende a 27%. O governo justificou a medida assinalando que a produção agrícola deve voltar a priorizar as necessidades do mercado interno, sem deixar de exportar a produção excedente.

SUSANA LISCHINSKY

Polícia nicaraguense agride jornalistas

Pelo menos seis pessoas ficaram feridas, além de vários jornalistas, quando a polícia reprimiu com golpes, chutes e objetos contundentes um protesto da oposição, na capital nicaraguense, Manágua, denunciaram os atingidos.

O incidente ocorreu ao final de um foro sobre reformas eleitorais que as frentes de oposição União Nacional Azul e Branco (Unab) e Aliança Cívica pela Justiça e a Democracia (ACJD) realizavam em um hotel no centro da cidade.

“É incrível como estavam enfurecidos esses policiais, eles nem tiveram a menor consideração em golpear as mães” de opositores presos, assinalou o economista Juan Sebastián Chamorro, que recebeu um soco no rosto quando tentava intermediar em favor das mulheres. “Era um encontro pacífico, não havia nenhuma ameaça de desordem nem de confronto. É inaceitável essa falta de qualquer condição de se opor à política de governo”, acrescentou.

A Nicarágua passa por uma grave crise desde que começaram fortes protestos da população, em abril de 2018, contra uma reforma da previdência social que pretendia cortar benefícios de uma parcela ampla dos aposentados e que derivaram na exigência da renúncia do presidente Daniel Ortega, e de sua esposa Rosario Murillo, que exerce a vice-presidência.

A repressão às manifestações deixou um saldo de 328 mortos, centenas de presos e mais de

80.000 exilados, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Familiares e grupos que exigem a libertação de mais de 160 opositores detidos tentaram se manifestar nas ruas próximas do hotel de Manágua, o que provocou a intervenção de dezenas de policiais e forças ditas “antimotins”.

Os manifestantes denunciaram que a polícia quebrou vidros de janelas e portas de prédios onde tentaram se resguardar e os deixou presos por horas dentro do hotel.

Vários jornalistas que cobriam o protesto também relataram que foram golpeados, chutados e seus equipamentos quebrados pelos agentes.

“Puxaram-me forte pelo cabelo, me bateram, me encurralaram contra a parede do hotel com violência (...) e quebraram meu celular, e todos os instrumentos de trabalho”, contou a jornalista Castalia Zapata, do Canal 12.

Seu companheiro de trabalho, Luis Alemán, disse que os “pegaram a golpes, aos chutes” e destruíram sua câmera. Também foram agredidos o fotógrafo Oscar Navarrete, do jornal La Prensa, e o jornalista Ismael López, da agência Reuters.

Familiares de pessoas presas nas manifestações anteriores realizam desde fins de novembro jornadas denominadas “Natal sem presos políticos” para pressionar o governo pela libertação de opositores e pela democracia de expressão e organização.

Multidão em Roma defende a democracia e repudia o fascismo



Sebastián Moro com Avós da Praça de Maio
Jornalista argentino é morto na Bolívia após denunciar hordas golpistas

LEONARDO WEXELL SEVERO

Comprometido em fazer avançar o processo de transformações comandado pelo presidente Evo Morales, o argentino Sebastián Moro vivia desde fevereiro de 2018 na Bolívia, entregando o melhor de si junto à Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB).

Após denunciar a ação das hordas fascistas contra partidários do Movimento Ao Socialismo (MAS), seu corpo de 40 anos, completamente inconsciente, deu entrada numa clínica da capital, La Paz, em 10 de novembro, coberto de contusões, escoriações e arranhões, vindo a falecer seis dias depois.

Para o governo golpista e suas hordas fascistas que queimaram residências, sequestraram, estupraram e espancaram apoiadores de Evo Morales, Sebastián Moro faleceu por conta de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Conforme o jornalista Ricardo Ragendorfer, do Tempo Argentino, “o diagnóstico: ‘AVC isquêmico’ é uma leitura de seu estado que não contemplava as contusões, escoriações e arranhões (devidamente fotografados), pois tais traumatismos logo foram submetidos a uma análise, garantindo a certeza de uma agressão”. “Ele jamais recuperou a consciência e deu seu último suspiro no sábado, 16 de novembro”, relatou.

A irmã de Sebastián, Penélope, que foi até a Bolívia para acompanhar o processo de liberação do corpo, denunciou que “os sinais de violência apresentados pelo seu corpo têm golpes e contusões, externas e internas”. “Como os golpes não coincidem necessariamente com um AVC, estamos pedindo para que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (ICDH) intervenha e investigue”, destacou Penélope, recordando que o irmão vinha observando um avanço da violência fascista e “estava muito preocupado pelo que podia passar”.

Não é preciso ler em voz alta as últimas palavras de Sebastián, datadas do sábado, 9 de novembro, e publicadas no jornal argentino Página 12 no dia seguinte para estabelecer a conexão entre seu ativismo e o crime. “Houve atos de vandalismo e ataques a funcionários, jornalistas e militantes do MAS em diferentes pontos do país. Entre eles, o governador de Oruro teve sua residência incendiada, trabalhadores do canal Bolívia TV e da Rádio Pátria Nova foram sequestrados e privados de seu direito ao trabalho por grupos de choque, e a sede da CSUTCB foi invadida e atacada”, denunciou Sebastián, dando o seu testemunho contundente e fiel das práticas criminosas. Vários outros abusos, como o estupro por bandos de extrema-direita de uma menor de 14 anos filha de uma autoridade, invisibilizados pela mídia local – com várias rádios queimadas, emissoras de televisão silenciadas e jornais ocupados – só vieram a ser conhecidos muito depois.

Conforme descreveu o jornalista Ricardo Ragendorfer, no Tempo Argentino, Sebastián tinha 40 anos, havia se radicado na Bolívia em fevereiro de 2018, foi editor do semanário Prensa Rural, órgão da CSUTCB, e ao mesmo tempo colaborava com vários meios de comunicação da Argentina, tendo coberto para o Página 12 o desenvolvimento do complot contra o governo constitucional.

“JORNALISTA DE RAÇA”

Ricardo lembrou que no dia 22 de outubro ouviu a voz de Sebastián em um áudio de WathsApp: “Aqui tudo é confuso; as notícias falsas aumentam para instalar o pânico entre a população”. “Era um jornalista de raça”, recordou, que “fez do Prensa Rural, que tinha uma visibilidade muito modesta, um meio chave do processo de transformações”, contribuindo para “quebrar a blindagem informativa da imprensa hegemônica, impondo o peso de sua garra”. “E sua cobertura para o Página 12 o revelava como alguém que fazia seus apontamentos desde a primeira linha de combate”, acrescentou.

Como jornalista da Hora do Povo esteve três vezes este ano no país andino: em janeiro, quando entrevistei ativistas e ministros; em outubro, quando cobri o processo eleitoral, e nos primeiros dias de dezembro, após o golpe, bem mais atento e cuidadoso. Visitei Oruro, entrevistando o novo governador e fotografando as casas queimadas do ex-governador e da irmã de Evo; Cochabamba, ouvindo o relato das vítimas do covarde massacre de Sakaba; El Alto, documentando a dor dos sobreviventes baleados em Senkata; e La Paz, dando voz ao presidente da Câmara dos Deputados, que denunciou os crimes da auto-proclamada Jeanine Añez e o silenciamento a que vêm sendo submetidos os meios de comunicação locais.

Na mesma data visitava o país uma Delegação Argentina em Solidariedade à Bolívia. Sua presença atraiu os holofotes, a repressão e a provocação para Santa Cruz de la Sierra, por onde entravam. Em Santiago do Chile, minha escala, fiquei sabendo dos problemas que tiveram na chegada com bandos da extrema-direita e policiais – a mando do governo – nas terras de Luis Camacho. As ameaças do “ministro de Governo” de que iria ser sombra dos argentinos facilitou minha chegada, sem sobressaltos, pelo aeroporto internacional de El Alto. “Para os jornalistas que estão fazendo sedição, agiremos de acordo com a lei...”

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br



“Estamos aqui pela tolerância e igualdade e contra o fascismo”, diz um manifestante

Trabalhistas admitem: omissão sobre o Brexit derrubou o partido na eleição

Líderes do Trabalho inglês começam a reconhecer que suas enormes perdas gerais nas eleições se deveram “à sua posição ‘neutra’ no Brexit”, registrou o jornal progressista The Morning Star.

“Uma série de fortalezas trabalhistas caiu pela primeira vez desde a criação do partido para os conservadores, enquanto o voto pró-permanência do Trabalho em vários distritos eleitorais foi dividido pelo SNP e pelos democratas liberais”, assinalou o Star.

Os chocantes choque incluíram a perda de mandato em Bolsover do socialista pró-Brexit Dennis Skinner, que ele mantinha há 49 anos. Jeremy Corbyn se declarou “muito triste” com os resultados e anunciou que não lideraria o Partido Trabalhista em outra eleição geral.

Após classificar os resultados que deram uma maioria aos conservadores de 80 cadeiras de “decepcionantes”, ele reiterou “se orgulhar” do programa progressista com que seu partido se apresentou para a eleição.

O líder trabalhista indicou que vai deixar o cargo “no início do próximo ano” após um “processo de reflexão”, após pressões de parte da ala blairista que quer seu imediato afastamento, e tenta jogar sobre Corbyn o peso da derrota, para a qual eles tanto contribuíram, com seus arreganhos neoliberais, e sua tentativa de fazer do partido a legenda do “permanecer” e disposição em refazer o plebiscito até que o povo “votasse certo”.

Corbyn assinalou que “a eleição foi definida pelo Brexit, e nós, como partido,



Jeremy Corbyn, líder do Partido Trabalhista inglês

representamos pessoas que votaram em Permanecer e Sair”. “Minha estratégia inteira era ir além da divisão do Brexit para tentar reunir as pessoas, porque, em última análise, o país precisa se unir.”

Já se sabe que essa estratégia não resistiu ao teste das urnas.

O secretário-paralelo de Justiça Richard Burdon, também insistiu que o Partido Trabalhista perdeu principalmente devido ao Brexit. Ele disse: “Em 2017, com o mesmo líder e um manifesto semelhante, conquistamos três milhões de votos. O que mudou? Isso se tornou uma eleição pelo Brexit”.

“Reconquistar os eleitores que perdemos e reconstruir exigirá uma análise cuidadosa. Assim como quando perdemos cinco milhões de votos de 1997 a 2010, apoiando a austeridade e a guerra”, sublinhou.

A ala blairista, que fez com suas políticas o partido perder 5 milhões de votos e afastar boa parte das bases com seu adesismo ao neoliberalismo e à subserviência a Washington, e

que era entusiasta dos laços com Bruxelas, agora tenta fazer do resultado um pretexto para o retorno ao seu fracasso.

A deputada Margaret Hodge, que há muito tempo faz coro com aqueles que acusam o partido e Corbyn de anti-semitismo, “negou que a derrota fosse devida ao Brexit e alegou que o resultado representava a rejeição de todo o projeto socialista sob Corbyn e seus índices de popularidade”.

No programa da BBC sobre as eleições, o cineasta Ken Loach disse que Corbyn recebeu “torrentes de abuso” “fora de escala” em comparação com outros líderes trabalhistas, que o classificavam de racista [anti-semita] desde o primeiro dia de sua liderança, que se intensificou à frente de eleições – e ao qual se somaram inclusive altas figuras da Igreja Anglicana e o rabino-chefe de Londres.

Nas eleições, enquanto poupava o louro Boris, que podia inclusive faltar a debates na maior cara de pau, a mídia era impiedosa contra Corbyn, ecoando a campanha suja.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Putin rechaça “punição coletiva” contra atletas russos

O presidente russo Vladimir Putin rechaçou as sanções da Agência Mundial Antidoping (AMA) contra a Rússia, afirmando que “punições não podem ter caráter coletivo” e aplicadas a quem “nada tem a ver com as violações”, e acrescentou que a Rússia tem “todos os fundamentos legais” para recorrer da decisão.

“O principal, e todos estão de acordo aqui, qualquer punição deve ser individual, deve ser direcionada com base no que um indivíduo em particular fez. Não podemos ter punição coletiva”, ressaltou Putin. A declaração foi feita em entrevista após a Cúpula Normandia 4, em Paris, no dia 9, pela pacificação da Ucrânia.

No início desta semana, a AMA proibiu a Rússia de sediar ou competir em eventos esportivos internacionais por quatro anos, por suposta manipulação de dados do laboratório antidoping de Moscou. Banimento que

abrange as Olimpíadas do próximo verão no Japão e a Copa do Mundo da FIFA 2022 no Catar, afetando milhares de atletas profissionais que nunca tomaram nenhuma substância proibida e só sonhavam em ganhar uma medalha, sob a bandeira russa e enquanto seu hino nacional tocava.

Os atletas russos ainda poderão competir em eventos esportivos internacionais sob bandeira neutra, mas somente se obtiverem a aprovação da AMA – o que significa que agora precisam provar sua inocência, ou, o que é o mesmo, que a presunção da inocência, princípio básico de justiça internacionalmente, não se aplica a eles.

O líder russo assinalou que “esse tipo de decisão não está baseada em ocupações com a ‘limpeza’ no esporte mundial, mas em considerações de caráter político, que nada têm a ver com as motivações do

movimento olímpico”.

Também o Ministério das Relações Exteriores da China expressou sua oposição às medidas contra os atletas russos, e advertiu “contra a politização do esporte”, acrescentando que a Rússia é um país importante da comunidade olímpica internacional e que os direitos dos atletas limpos devem ser “protegidos”.

Questões sobre as quais também já havia se pronunciado o ministro do Exterior russo, Sergei Lavrov, que defendeu uma “discussão honesta” e que garanta tratamento igual quanto a qualquer país na esfera internacional.

“Não é possível que um ou dois (digamos, Rússia e China) sejam culpados de tudo e violem tudo, enquanto todo mundo vive de acordo com as próprias regras que eles escreveram sem consultar ninguém, e forçando todos os demais a cumprirem essas regras”, assinalou o chefe da diplomacia russa.

“Devemos resistir, não podemos permitir que a democracia seja violada”, enfatizou no ato o deputado Pietro Bartolo, que também condenou a xenofobia obscurantista de Salvini

O movimento dos “Sardinhas” – que convoca gente comum, especialmente os jovens, a fazer a sua parte para deter a ascensão da extrema-direita, da intolerância e do racismo na Itália – chegou a Roma neste sábado (14), com 100 mil pessoas reunidas na praça de San Juan de Letrán, com faixas com desenhos de sardinha e conchamações como “Roma Não se Liga” – em referência ao partido de Salvini – e “Não ao Ódio”.

Nascido nas redes sociais em Bolonha em novembro, de apenas algumas dezenas em um mês o movimento tomou grandes proporções, ao se tornar um canal de expressão do sentimento de que é preciso deter esse tipo de escória e sua mensagem de xenofobia e obscurantismo, numa quadra em que as eleições de janeiro na região de Emilia-Romanha ameaçam pavimentar o caminho para a volta de Salvini ao palácio em Roma.

Como tantas coisas na internet, a ideia de que sardinhas comuns espremidas são “muitos mais” que a meia dúzia de tubarões que infestam as águas turbulentas da Itália, representada num desenho à mão, viralizou. O movimento se declarou apertadíssimo.

Dois participantes explicaram ao El País porque estavam no ato. “Estamos aqui porque queremos defender certos valores que alguns querem eliminar, valores que rejeitam o fascismo e defendem a tolerância e a igualdade. Estamos aqui para dizer que não gos-

tamos da política do ódio, que gostamos da política que olha para o futuro, que acolhe e não fecha as portas a ninguém”, disse Rodolfo, natural da Bolonha, que estava acompanhado da esposa e dos dois filhos.

“Há muitas pessoas no país que, embora não tenham feito nenhum barulho até agora, não estão dispostas a tolerar o absurdo que tem sido ouvido na política ultimamente”, disse Cláudio, nascido em Roma.

De acordo com as pesquisas, o candidato de Salvini para governar a província está na frente, e a Liga venceu as eleições regionais na Umbria.

Um dos iniciadores dos “Sardinhas”, Mattia Santori, 32 anos, disse que o movimento apenas busca demonstrar sua oposição às forças retrógradas que ganham fôlego na Itália na esteira de uma década de estagnação econômica e corte de direitos, com um discurso contra a imigração, a tolerância e a democracia.

“A Itália não é ódio, discriminação ou desigualdade, a Itália somos nós, as sardinhas que acreditamos em um futuro melhor, em valores como amor, respeito ou direitos humanos. Devemos resistir, não podemos permitir que a democracia seja violada”, enfatizou no ato em Roma o deputado do Partido Democrático, Pietro Bartolo, médico de Lampedusa. “Salvar vidas humanas no mar é um dever, é uma obrigação”, reiterou, em denúncia de uma das principais formas de Salvini de ganhar notoriedade e votos: o de proibir o acesso a portos italianos de navios de resgate humanitário com naufragos tirados das águas do Mediterrâneo e oriundos de países a que a colonização e a pilhagem pós-colonial deixaram no bagaço. A.P.



Zhang Jun, representante da China na ONU

China na ONU: “é imperativo aliviar as sanções contra a Coreia Popular”

as eleições de 2020”.

O embaixador da China na ONU, Zhang Jun, afirmou que é “imperativo” que o Conselho de Segurança das Nações Unidas alivie as sanções contra a Coreia Popular, para “evitar uma reviravolta dramática” na situação na península coreana, que vem se delineando nas últimas semanas.

“É imperativo que este conselho tome medidas e invoque as disposições reversíveis nas resoluções relacionadas com a RPDC o mais rápido possível, à luz da situação em evolução na península e faça os ajustes necessários nas medidas de sanções”, disse Zhang ao conselho.

Depois de um ano sob sanções draconianas e sem qualquer flexibilização admitida por Washington, apesar de duas cúpulas Kim-Trump, um encontro na zona desmilitarizada e moratória em vigor de testes de armas nucleares e de mísseis balísticos, Pyongyang anunciou na semana passada que não se dispunha a mais “conversas vazias”, que só servem para “uso doméstico para

Está prestes a se esgotar o prazo – até o final do ano – estabelecido pelo presidente norte-coreano Kim Jong Un, em abril, para saída do atual impasse, em que os EUA se recusam a sequer aliviar as sanções, exigem o desarmamento nuclear prévio e unilateral da Coreia e não se comprometem efetivamente com um acordo de paz e normalização de relações.

A intransigência norte-americana viola a declaração de Cingapura, cuja essência era a criação de confiança entre os dois países através de medidas mútuas e passo a passo.

A reunião do CS foi realizada a pedido de Washington, depois que Pyongyang descartou novas reuniões do tipo em que os americanos chegam de mãos vazias, mas cheios de exigências e ameaças.

Rússia e China têm defendido na ONU que em particular as sanções que atingem os civis devem ser atenuadas, no interesse do direito humanitário e da diplomacia, o que é inclusive previsto nas resoluções que estabeleceram as sanções.

Pedro Pomar, por Osvaldo Bertolino

Existem vários trechos do livro de Bertolino que não são bons apenas do ponto de vista historiográfico, mas também literariamente, o que é a marca do bom historiador

CARLOS LOPES

Percorrer a biografia de Pedro Pomar – e o melhor verbo para a leitura de “**Pedro Pomar: Ideias e batalhas**” (ed. Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2013), de Osvaldo Bertolino, é, por várias razões, percorrer – traz algumas questões que talvez não estejam ainda resolvidas inteiramente, não na historiografia (embora, também nesta, não estão completamente claras), mas na convicção dos brasileiros que se dedicam, neste momento obscuro da nossa história, a lutar por algo digno do nosso povo e da nossa Nação.

Não posso falar por outros – e lá vou eu a personalizar o que deveria ser uma análise objetiva, portanto, supõe-se, pessoal. Mas, no que me concerne (que Jânio Quadros permita essa apropriação de estilo), algumas coisas me pareceram mais claras depois de ler “**Pedro Pomar: Ideias e batalhas**”.

A primeira delas: o que foi a ditadura? Qual o significado da ditadura instalada em 1964 – e, especialmente, da ditadura do AI-5, que durou 10 anos (dezembro de 1968 a outubro de 1978)?

Não se trata do significado social ou econômico da ditadura, mas do seu significado **operacional**, isto é: o que ela fez no plano político?

Afastou Jango, Brizola e os demais trabalhistas. Afastou Juscelino Kubitschek – e outras personalidades do PSD de antes de 1964. Afastou, até mesmo, udenistas (aqui, não estamos nos referindo a Lacerda, embora isso seja verdade também quanto a ele, mas a udenistas como José Aparecido e Ferro Costa, e, também, Milton Campos, Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, e, até, Aliomar Baleeiro e Pedro Aleixo).

Quanto aos comunistas, quem foram os principais participantes no debate, em 1960, que antecedeu o V Congresso do PCB?

Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas e Carlos Danielli, contra a orientação assumida pela direção do PCB a partir da Declaração de Março de 1958 – e continuada, essencialmente, pelas “Teses para o V Congresso”.

Do outro lado, o mais destacado defensor das Teses foi Jacob Gorender – e, claro, Luiz Carlos Prestes, ainda que no apagar das luzes do debate (algo que foi frisado por Pedro Pomar em sua resposta a Prestes).

Estamos aqui, naturalmente, abstraindo alguns ataques – e seus autores – que não estão propriamente no campo da luta política e ideológica (a própria comissão organizadora dos debates para o V Congresso condenou publicamente os “agravos pessoais”, que não foram poucos; cf. *Novos Rumos* nº 68, 17 a 23 de junho de 1960).

Se o leitor se ater a esses nomes, observará que tanto Grabois, quanto Pomar, quanto Danielli foram assassinados pela ditadura – e de modo vil.

Amazonas somente não o foi porque estava em viagem ao exterior – na qual substituiu Pomar, devido à doença da esposa deste – quando da chacina da Lapa. E Prestes estava exilado.

Também foram assassinados pela ditadura outros três participantes do debate de 1960: Carlos Marighella, Ângelo Arroyo e Joaquim Câmara Ferreira.

E, também foram assassinados, o diretor do jornal “*Novos Rumos*”, em que foram publicados os debates, Mário Alves, e o seu editor, Orlando Bonfim – também, de modo vil – pela ditadura do AI-5.

Todos esses homens eram figuras públicas em 1964 – assim como o debate de 1960 foi público.

Eram alguns dos mais capazes e dedicados homens da História do Brasil.

O papel da ditadura foi, exatamente, o de eliminá-los, na tentativa de liquidar tudo o que representavam, e em nome de um fantasma que a própria reação imperialista fabricara nos EUA: o fantasma do “comunismo” – não aquele mencionado por Marx, mas aquele que era, somente, uma projeção da própria decadência monopolista.

Eles foram assassinados porque, com seus acertos ou com seus erros, eram um obstáculo a que o país se submetesse.

Dá, a frase de Pomar: “*Nosso partido é o mais nacional de todos os que existem no país*” (cf. Osvaldo Bertolino, “**Pedro Pomar: Ideias e batalhas**”, ed. cit., p. 519).

No primeiro momento, escandalizou o país a prisão de Astrojildo Pereira, no governo Castelo Branco.

Astrojildo, aos 75 anos e com saúde precária, era tão respeitado – não fosse ele o autor de estudos tão indispensáveis sobre Machado de Assis, Rui Barbosa e Lima Barreto – que fez com que intelectuais que apoiaram o golpe de Estado protestassem contra a sua prisão, aliás, sem nenhum resultado.

Que crime Astrojildo cometera? O de ser fundador, 42 anos antes, em 1922, do Partido Comunista.

Mas isso foi antes do AI-5. Depois desse ato infame, não se assassinava apenas prendendo um idoso (Astrojildo, com a saúde agravada, faleceu poucos meses depois de sair da prisão, em 1965).

Quem eram, então, os homens que a ditadura do AI-5 assassinou?

Osvaldo Bertolino transcreve uma carta de Pedro Pomar ao irmão, Roman, que estava na cidade natal de ambos, Obidos, no Pará, escrita em meio à luta política no Partido – e em meio à campanha eleitoral do marechal Lott, em 1960:

“*Quanto a mim, mesmo que a aparência e certo temperamento indiquem orgulho, na verdade continuo o mesmo irmão, teimoso, mas camarada. Além disso, pobre orgulhoso é a pior coisa que o céu cobre. Nosso pai aconselhava-nos orgulho, mas agora compreendo que era sinônimo de dignidade. E homem digno é o que quero ser – sendo uma das boas qualidades que pretendo infundir em meus filhos. Naturalmente que gostaria que os garotos também se vissem livres do egoísmo, do individualismo feroz em que, geralmente, fomos e ainda são criados os filhos do povo*” (cf. Osvaldo Bertolino, “**Pedro Pomar: Ideias e batalhas**”, ed. cit., p. 570).

E, numa carta a um neto, em outubro de 1976, dois meses antes de seu assassinato:

“*Querido. Calculo como ficaste triste ao teres sabido que Vó adoeceu e, por isso, não conseguimos viajar para te abraçar pelo seu 10º aniversário. Mas não perdes por esperar. Vó está se comportando com muita coragem diante do que lhe aconteceu. Suporta com paciência e dignidade a dor, o sofrimento e as saudades. Dificilmente podemos saber o que pensa de tudo, mas sentimos que ela continua firme, confiante que haverá de sobreviver a esta doença. Aliás, sua Vó sempre foi valente tanto para a dor física como para a dor moral. Procura ser como ela. Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e mais bela da vida*” (cf. op. cit., p. 686).

Pomar era um homem com um círculo de relações que ia dos operários do Tatuapé aos intelectuais que eram nucleados pela Editora Civilização Brasileira.



O fato de ser dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) não alterou o respeito que despertava, mesmo entre os intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), logo ele, que respondera diretamente a Prestes no debate de 1960 (cf. “*Observações Sobre o Artigo do Camarada Prestes*”, *Novos Rumos* nº 76, 12 a 18 de agosto de 1960).

Assim, foi a ele que Ênio Silveira – dono da *Civilização Brasileira* e membro do PCB – encomendou a tradução de “**Ascensão e Queda do Terceiro Reich**”, de William L. Shirer.

Mas, Osvaldo Bertolino cita outro amigo de Pedro Pomar: o humorista Chico Anysio (op. cit., p. 503).

TIQUETAQUE

Existem vários trechos do livro de Bertolino que não são bons apenas do ponto de vista historiográfico, mas também literariamente, o que é a marca do bom historiador (alguém conseguira ler “**Declínio e Queda do Império Romano**”, de Edward Gibbon, ou “**História da França**”, de Jules Michelet, de não fossem também grandes obras literárias?).

Por exemplo: “*Quando o PCB saudou os preparativos do XX Congresso do PCUS mal sabia que estava diante do tiquetaquear de uma bomba-relógio. Como não poderia deixar de ser, o acontecimento enchia os comunistas de esperança. Seria mais uma oportunidade para todos beberem na fonte das experiências socialistas, a origem do caudal de revoluções e governos populares que se formou desde que os bolcheviques tomaram o poder, em 1917.*”

O que se descreve em seguida é algo próximo da loucura – com todo respeito aos homens e mulheres que tiveram de enfrentar aquele revés, tal como os de hoje têm de enfrentar os seus, também bastante próximos à loucura.

A Declaração de Março de 1958, da direção do PCB, foi uma adaptação à linha de Krushev no XX Congresso. Como, aliás, o próprio Prestes esclarece, em seu artigo nos debates de 1960.

Embora não seja o nosso assunto, é sintomática a acusação que Prestes faz a Pedro

Pomar, nesse mesmo artigo – a de temer que um processo sob a direção da burguesia levasse a uma ditadura burguesa:

“*... muitos camaradas em sua argumentação contra a atual linha política de nosso Partido ainda pretendem levantar a teoria oposta de que a burguesia já jogou fora as bandeiras da independência nacional e da democracia. É o que acontece, por exemplo, com o camarada Pomar, que não acredita que nas atuais condições de nosso país, isto é, sem modificações revolucionárias, possa o desenvolvimento da economia seguir um curso independente e que teme que semelhante curso, sob a direção da burguesia, leve a uma ditadura burguesa com todas as suas mazelas. É evidente que o camarada Pomar não compreende a nova situação mundial e não pode por isso ver que na luta contra o explorador imperialista a burguesia dos países economicamente atrasados e dependentes é cada vez mais obrigada a apoiar-se, internamente, na própria classe operária e em seu partido de vanguarda e, externamente, nos países do campo socialista*” (cf. L.C. Prestes, “*Por uma justa linha política*”, *Novos Rumos* nº 74, 29 de julho a 4 de agosto de 1960).

A resposta de Pedro Pomar veio logo a seguir:

“*O camarada Prestes traziu bem meu pensamento quando diz que eu não acredito que, nas atuais condições de nosso país, isto é, sem modificações revolucionárias, possa o desenvolvimento da economia seguir um curso independente. Disto estou convencido. Não porém que eu tema, como quer o camarada Prestes, que semelhante curso, sob a direção da burguesia, leve a uma ditadura burguesa com todas as suas mazelas. Não é problema de temor e sim de análise objetiva e da perspectiva do desenvolvimento capitalista, na forma em que foi apresentada pelas Teses e vem sendo defendido pelo Partido, e muito especialmente pelo camarada Prestes*” (cf. Pedro Pomar, “*Observações sobre o artigo do camarada Prestes*”, *Novos Rumos* nº 76, 12 a 18 de agosto de 1960).

Quatro anos depois, houve uma ditadura, que durou 21 anos, 10 dos quais sob o AI-5. Já abordamos em outro texto (v.

Carlos Lopes, **Figuras e figuras em 1964: antes e depois do golpe contra o Brasil**).

Com certeza, não foi a burguesia nacional que organizou e bancou o golpe de Estado, mas a burguesia imperialista. Porém, na polêmica que sucedeu ao golpe de Estado, seria frisado por muitos que a ideia de deixar a direção do processo de independência e desenvolvimento com a burguesia nacional – como Prestes, acima, diz explicitamente – levava ao desastre de 1964.

Nesse momento, muitos dos que, na polêmica de 1960, estavam contra Pomar, Amazonas, Grabois e Danielli, criticaram também a linha anterior – e com a coragem que aqueles dias demandava: Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Rolando Frati, e, até mesmo, Jacob Gorender. Para citar apenas os que escreveram artigos para o debate de 1960.

ABERRAÇÃO

A cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (que, então, tinha por sigla “PCB”), em 1947, foi uma das mais escandalosas aberrações já acontecidas na história do país, sob todos os pontos de vista que se possa examiná-la.

Como lembra Osvaldo Bertolino, o então procurador geral da República, Themistocles Brandão Cavalcanti, **manifestou-se pelo arquivamento do pedido de cassação** – feito pelo deputado Barreto Pinto – “*por falta de provas*”, e ainda acrescentou que “*a eventual cassação de registro partidário seria um dos atos mais graves que o Tribunal Superior Eleitoral poderia praticar*”.

Apesar disso, o TSE, por 3 votos a 2, instalou uma investigação à cargo do subprocurador Alceu Barbedo. O parecer Barbedo (na verdade, são três pareceres) é de uma falsidade tão evidente – ao fabricar uma “duplicidade” nos estatutos do Partido –, que, ao final, ele teve de recorrer a outro “argumento”: a “inconstitucionalidade de partidos extremistas”, o que valia, aliás, somente para os comunistas (os fascistas de Plínio Salgado não tiveram problema com o seu Partido de Representação Popular).



Pedro Pomar: “a expressão das forças jovens da liberdade e da cultura e para as quais se dirigem a ciência, a literatura e a arte de vanguarda, no constante combate que trava para o progresso e o aperfeiçoamento da civilização”

A melhor demonstração de que se tratava de um crime contra a democracia foi o voto do ministro Álvaro Ribeiro da Costa, no TSE:

“*Na realidade, que fez, até aqui, o Partido, com essa significação?*”

“*Comícios, greves, propaganda partidária, intensa, espetacular, profusa, assustadora, incômoda e suspeita?*”

“*Mas, que atos serão esses, em suma, senão todos eles permitidos, como expressão de direitos e garantias individuais, consagrados pela Carta Política?*”

“*Atentou, porventura, essa Associação, de algum modo, por atos inequívocos, concretos, contra o princípio da pluralidade de partidos, igualmente inserido naquele magno Estatuto?*”

“*Como afirmá-lo, sem prova que o demonstre?*”

“*Não sejam os nossos passos impedidos por atos insanáveis, praticados com sacrifício da verdade e da justiça.*”

“*As objeções que se levantam contra a existência legal do Partido Comunista não devem constituir obstáculo ao seu funcionamento. Qualquer vedação nesse sentido ocasionaria mal irremediável, enfraquecendo o organismo democrático.*”

“*A vitalidade deste regime se revela no poder de absorção de forças políticas adversas, de sorte que o trabalho pela supremacia de seus princípios não reside no expurgo de associações políticas, com esses ou aqueles matizes, possivelmente hostis, mas na prática, rigorosa, honesta, em toda sua extensão e profundidade das normas basilares, dando principalmente os dirigentes exemplos inequívocos de sua capacidade para as coisas da administração pública a ponto de satisfazer real e objetivamente as necessidades mínimas dos dirigidos*” (cf. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, “**Memória jurisprudencial: Ministro Ribeiro da Costa**”, STF, 2012, pp. 26-27).

O ministro Ribeiro da Costa, porém, seria vencido no TSE – juntamente com o ministro Francisco Sá Filho.

Ribeiro da Costa foi, depois, o presidente do Supremo Tribunal Federal que, em 1964, enfrentou a ditadura – os ataques a ele fizeram com que os demais ministros o elessem “presidente vitalício”, o único da história do STF.

Mas a aberração tornou-se maior ainda com a cassação dos mandatos de parlamentares do Partido Comunista. Tratava-se, nesse caso, de cassar o voto que fora dado a eles pelo eleitorado, pelo povo. Algo flagrantemente inconstitucional.

Mesmo assim, os deputados comunistas foram cassados.

Com duas exceções: Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara, que haviam sido eleitos pelo Partido Social Progressista (PSP).

Nesse momento, Pomar demonstra a sua coragem e intrepidez **na vida parlamentar** – e este é um capítulo (que tem por título uma frase do deputado Pedro Pomar na Câmara: “*Sou comunista, sou um dirigente comunista. Infelizmente não pude ser eleito na legenda do glorioso Partido Comunista*”) essencial do livro de Osvaldo Bertolino. *Continua no site*